

---

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PROPG**  
**COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA**  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - MARTELOS - JUIZ DE FORA - MG  
CEP 36.036-330 Tel.: (32) 3229-3773  
E-mail: [coord.latosensu@ufjf.edu.br](mailto:coord.latosensu@ufjf.edu.br)

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM**  
**GESTÃO PÚBLICA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**MODALIDADE A DISTÂNCIA**

JUIZ DE FORA

2023

**Identificação:**

Nome do Curso: Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional		
Unidade Responsável: ICH		
Departamento Responsável: Turismo		
Telefone: (32) 2102- 3137	F ax: -	E-mail: deptur@ufjf.br
Grande Área de Conhecimento: <input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra <input type="checkbox"/> Ciências Agrárias <input type="checkbox"/> Ciências Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Ciências da Saúde <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes <input checked="" type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Ciências Humanas		
Curso oferecido pela primeira vez no ano de: 2022		
Número de vezes que o curso já foi oferecido: Nenhuma		
Coordenador do Curso: Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior		
Titulação máxima do Coordenador: <input checked="" type="checkbox"/> Doutor <input type="checkbox"/> Mestre		
E-mail: edwaldo.anjos@ufjf.br		Telefone(s): (32) 99858-2112
Período de Realização (*): 27 julho/2024 (* Informar imediatamente à PROPP caso haja mudança nesse período.		TÉRMINO (dia/mês/ano):  27 de janeiro de 2026
Carga Horária: 420 h		Número de Vagas: 150
Modalidade: <input type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> Semi-Presencial <input checked="" type="checkbox"/> A Distância		
Tipo: <input checked="" type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Aperfeiçoamento		
Clientela Alvo: Agentes públicos ligados (direta ou indiretamente) ao turismo, pertencentes aos quadros da administração pública federal, estadual, distrital e/ou municipal, visando a melhoria do serviço público.		
Valor da Taxa de Inscrição: não possui		
Valor da Taxa de matrícula: não possui		
Valor das mensalidades: não possui		
Manutenção do Curso: <input type="checkbox"/> Mensalidades <input type="checkbox"/> Patrocínio de Empresas Públicas ou Privadas <input checked="" type="checkbox"/> Outros: MEC-UAB		

Órgão gestor (fundação): UFJF-CEAD

Instituição conveniada (se houver):

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	<b>6</b>
1.1 Diagnóstico da formação para o desenvolvimento local/regional .....	6
1.2 Diretrizes do curso e da formação dos egressos do curso .....	11
1.3 Aderência da formação às necessidades locais .....	12
1.4 Resultados delineados.....	19
1.5 Impactos sociais e econômicos delineados .....	20
1.6 Formas de avaliação de impacto do projeto de formação .....	21
1.7 Inovação da proposta de formação considerando a perspectiva do protagonismo dos estudantes .....	22
1.8. Justificativa .....	24
<b>2. Objetivos do curso</b> .....	<b>28</b>
2.1 Geral .....	28
2.2 Específicos.....	28
<b>3. Público alvo</b> .....	<b>28</b>
<b>4. Concepção do curso</b> .....	<b>28</b>
4.1 Carga horária .....	31
4.2 Da seleção dos estudantes.....	31
4.3 Do espaço físico .....	31
4.4 Sistemas de avaliação .....	32
4.5 Trabalho de Conclusão de Curso .....	35
<b>5. Disciplinas e Matriz do Curso de Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional</b> .....	<b>36</b>
5.1. Matriz do Curso.....	36
5.2. Disciplinas e Corpo Docente.....	37
5.3. Corpo Docente – CV Lattes e Resumo.....	39
<b>6. Ementas das disciplinas do curso</b> .....	<b>42</b>
<b>Referências</b> .....	<b>68</b>

## 1. Introdução

Esta seção apresentará os elementos centrais que condicionam e justificam a elaboração da proposta ora em tela, a saber: 1.1 Diagnóstico da formação para o desenvolvimento local/regional; 1.2. Diretrizes do curso e da formação dos egressos do curso; 1.3. Aderência da formação às necessidades locais; 1.4. Resultados delineados; 1.5. Impactos sociais e econômicos delineados; 1.6. Formas de avaliação de impacto do projeto de formação; 1.7. Inovação da proposta de formação considerando a perspectiva do protagonismo dos estudantes.

### 1.1 Diagnóstico da formação para o desenvolvimento local/regional

A oferta do curso ora proposto busca suprir a existência de uma demanda reprimida de profissionais do setor de turismo, em especial de órgãos públicos e agências públicas estatais e paraestatais, que se manifesta pela ausência de profissionais qualificados para cargos de nível tático gerencial e que operam a atividade turística em seu cotidiano.

Baseia-se, portanto, em um duplo aspecto: de um lado, **a existência de um volume considerável de profissionais do setor público que lidam com atividades turísticas** direta (e.g. serviços turísticos específicos, como de atrações turísticas ou transportes – como alugueis de carros ou voos *charters* –) ou indiretamente (e.g. serviços gerais de apoio ao turismo, como por exemplo, transporte e alimentação), mas que não necessariamente possuem formação e qualificação específicas para o desempenho de suas funções; e, de outro, **a ausência de uma oferta educacional, em nível tático gerencial, voltada para este tipo de público, e em especial com o perfil de servidores públicos** municipais, estaduais e federais e/ou de agências estatais ou paraestatais, cuja finalidade é a produção de um serviço de finalidade e interesse públicos.

No que tange ao primeiro aspecto - **a existência de um volume considerável de profissionais do setor público que lidam com atividades turísticas** - a despeito dos avanços realizados – por exemplo, desde 2003, a política utilizada para o desenvolvimento do setor foi a de reconhecer e certificar os das Instâncias de Governança Regional existentes, o que significa, em tese, apoio político, técnico, financeiro e de pessoal ao circuito (Tavares; Batista, 2013) –, há uma série de entraves que dificultam a sua consolidação, sejam em termos de recursos humanos (remuneração e capacitação específica para lidar com gestão pública), seja por falta

de recursos e infraestrutura, ou ainda por falta de cooperação e de articulação e governança, conforme identificado por Tavares e Batista (2013, p. 158-159), a saber:

Ø Necessidade de o gestor possuir o diploma de Bacharel em Turismo por força de Decreto-Lei de 2003, o que supõe conhecimento técnico na área de turismo, mas nem sempre o possui em outras áreas correlatas (Administração, Economia, Contabilidade, Finanças, Logística, Estatística, dentre outras) necessárias ao bom exercício da função (Gomes *et al.*, 2008);

Ø Ausência de treinamento para o exercício da função e há exigências de conhecimento tácito relacionado à gestão pública para o êxito no preenchimento de papéis, adequação às regras e obtenção de recursos;

Ø A remuneração dos gestores não é condizente com as atribuições e responsabilidades, sobretudo para o caso daqueles profissionais que são qualificados, tornando-se pouco atrativa e efetiva a atração e retenção de profissionais deste tipo;

Ø Os apoios financeiro, político e de infraestrutura são ainda limitados e insuficientes mesmo com a política fiscal do ICMS Turístico (Zambrano-Pontón; Emmendoerfer; Abrantes, 2019), a despeito do reconhecimento oficial do Estado e a consequente disponibilização de apoio técnico por parte dele aos circuitos turísticos, no caso de Minas Gerais;

Ø O tipo de contato que um gestor possui com outros gestores de falta de cooperação e de proximidade, ocorrendo apenas encontros esporádicos durante a realização de eventos ligados ao turismo, promovidos em nível estadual ou federal;

Ø Ausência de uma organização em rede, com estrutura de governança e onde os gestores possam trocar experiências e tomar decisões em conjunto, de todos os circuitos turísticos (i.e. Instâncias de Governança Regional), embora exista em Minas Gerais uma associação representativa dos circuitos (FECITUR – Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais), não existe:

[...] a consolidação dos circuitos turísticos implica em várias ações, tais como a criação das condições de sustentabilidade financeira, apoio político para as articulações necessárias junto às instituições governamentais, melhorias em termos de infraestrutura e, principalmente, maior valorização profissional do gestor do circuito turístico.” [...] “[...] indicadores de sucesso

de um CT para que, dentre outras possibilidades, seja associado o perfil do seu gestor à realidade porventura verificada nesses indicadores. Atualmente, o único “indicador” que existe para o “sucesso” de um circuito turístico é a renovação bienal do Certificado expedido pela Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, visto que se exige uma série de dados acerca da atividade turística – além de aspectos administrativos – inclusive demanda e oferta turística” (Tavares; Batista, 2013, p. 159-160).

O diagnóstico supracitado, originalmente feito em 2013, pouco mudou em termos estruturais, conjunturais e sistêmicos (Pimentel, 2021). Em que pese a possibilidade de se listar uma série de avanços pontuais e incrementais, acumulados ao longo de quase duas décadas (sendo eventualmente uma das políticas públicas mais longevas do Estado de Minas Gerais), tal longevidade não tem se traduzido em efetividade (Pimentel; Pimentel, 2019).

Se por um lado houve avanços e aperfeiçoamentos da política pública (regional e federal, seja pelo aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de participação, coleta de dados, aperfeiçoamento de procedimentos, bases de dados – mapa do turismo, no nível federal e plataforma integrada do turismo em nível regional); por outro, os principais entraves estruturais apontados anteriormente (ausência de formação e qualificação específicas, ausência de remuneração condizente, ausência de recursos disponíveis para a execução de projetos, dentre outros) ainda persistem, tendo sido recomendado – já aquela época – estudos com mais variáveis, ampliação da amostra, empresários e setor público, e foco no papel desempenhado pelo gestor do circuito, dado que esses podem contribuir com apoio pessoal, político e principalmente financeiro (Tavares; Batista, 2013).

Quanto ao segundo elemento - **a ausência de uma oferta educacional, em nível tático gerencial, voltada para este tipo de público, e em especial com o perfil de servidores públicos** - estudos sobre o perfil e a oferta educacional em turismo no Brasil e no exterior identificam a desigualdade e desproporcionalidade entre as ofertas educacionais em turismo em termos de especialização (18,07%) em relação à oferta de formação em nível de graduação (70,77%) ao restante do total

(81,93%) dos tipos e modalidades de formação profissional disponíveis em turismo reunidos (Pimentel, Pimentel; Carvalho, 2021, p.111).

Adicionalmente, em estudos precedentes como os trabalhos de Pimentel e Paula (2014a, b, c), Pimentel *et al.* (2016), De Paula, Carvalho e Pimentel (2017) e Pimentel e Paula (2019), entre outros, aponta-se também a precariedade no que tange à formação de profissionais egressos de Curso de Turismo aptos a contribuir, de maneira consistente, com os desafios não só da gestão pública de turismo, como também do fomento ao desenvolvimento regional pela via do turismo; bem como a própria ausência de algumas modalidades de oferta educacional para a formação de quadros, o que incide direta e fulcralmente na dinâmica do setor, uma vez que a falta de *staff* capacitado para operar uma determinada atividade – qualquer que seja ela – implica em taxas mais baixas de rendimento (*performance*) da atividade, como já ficou patente e historicamente evidenciado desde Adam Smith (Smith, 2017[1776]). No caso específico do turismo, e mais particularmente tomando o contexto da realidade de Juiz de Fora, é possível perceber a ausência de uma formação capaz de desenvolver um conjunto de competências necessárias junto ao futuro profissional do turismo, enfocadas à gestão pública e ao desenvolvimento regional (Pimentel; Paula, 2014b).

Desta forma, objetivamente, ao se empreender uma busca no sistema do Ministério da Educação (e-MEC), em março de 2022, sobre Cursos de Especialização em Turismo em Minas Gerais, nas modalidades a distância e presenciais ativos foram identificados 68 registros. Dos cursos ativos, são 33 na modalidade à distância, o Quadro 1 destaca as temáticas destes:

**Quadro 1. Especializações Curso de Turismo na Modalidade EAD – Ativas (MG)**

<b>Especializações (EAD) Ativas em MG</b>	<b>n</b>
Ecoturismo	3
Gestão de Turismo e Hotelaria	2
Gestão e Projetos em Turismo	5
Gestão em Turismo	1
MBA - Turismo e Hospitalidade	1
MBA em Comunicação e Marketing de Turismo	2
MBA Executivo em Gestão de Negócios Imobiliários e Turismo	6
Turismo	2

Turismo e Hotelaria	3
Turismo Religioso	1
Turismologia	7
<b>Total</b>	<b>33</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados disponíveis do MEC (2022)<sup>1</sup>.

Fica evidente no Quadro 1 que, embora haja uma oferta de cursos de especialização em Turismo no Estado de Minas Gerais na modalidade EAD voltados à Gestão relacionados ao Turismo (n=14), **nenhum deles foca na Gestão Pública e muito menos na interface com o desenvolvimento regional do turismo**. Portanto, é possível perceber não só um problema de ordem formativa dos quadros profissionais no que tange à gestão pública do turismo (Tavares; Batista, 2013), mas também o enfoque na relação específica com o desenvolvimento regional. Antes, se considerava a própria dificuldade de a área de turismo obter visibilidade junto à estrutura organizacional dos governos. A propósito:

Nos municípios, principalmente os de menor porte, é comum encontrar Secretarias que fazem a junção do Turismo com a Cultura (e, normalmente, com outros setores como Esportes, Lazer e Eventos). Essa junção costuma atrapalhar a gestão de todas as pautas da Secretaria, porque quem fica à frente, normalmente, é um profissional específico de outras áreas e colocam o Turismo e a Cultura em segundo plano (Franklin, Stephan; Reis, *et al*, 2021, p.180).

Tendo arrolado acima novamente, porém de maneira mais detalhada argumentos e fatos que evidenciam a situação problemática da qualificação de quadros técnicos de turismo no Brasil, e em Minas Gerais, eis que podem ser resumidamente enumerados aqui: 1) ausência de cursos de especialização em turismo no Brasil e em Minas Gerais sobre tema proposto; 2) ausência de capacitação específica de quadros técnicos de profissionais servidores públicos que trabalham em departamentos, secretarias, fundações e outros órgãos municipais, estaduais e federais de turismo; e 3) baixo desempenho dos sistemas turísticos locais e regionais em termos de produtos e serviços de suas cadeias produtivas, o que está correlacionado diretamente com a falta de capacidade para sua adequada operação.

<sup>1</sup> MEC. E-Mec. Disponível em < <https://emec.mec.gov.br/>> Acessado em 01.03.2022.

## **1.2 Diretrizes do curso e da formação dos egressos do curso**

As diretrizes do Curso de Especialização em Gestão do Turismo e Desenvolvimento Regional devem favorecer que se contemple as dimensões profissional e política, ao envidar esforços para favorecer uma formação ética e humanística, intimamente ligadas ao exercício da cidadania; bem como uma formação técnico-analítica, capaz de favorecer o exercício profissional no serviço público, cujos cinco princípios básicos da Administração Pública constam no artigo 37 da Constituição Federal de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Posto isso, o currículo deste Curso é concebido numa perspectiva capaz de contemplar uma formação científica de excelência, ao se oportunizar o contato dos discentes com investigações, debates e metodologias presentes em diferentes contextos da gestão pública de Turismo do Brasil e de outros países. Além disso, se observam os cuidados para com uma formação humanística que permita a edificação de uma sociedade mais igualitária e justa, mais afeita aos princípios da sustentabilidade e da solidariedade. Desse modo, se, por um lado, a estrutura do curso lança mão de conteúdos de natureza mais técnico-científica, de forma a oportunizar uma melhor compreensão dos problemas e soluções ligadas à gestão pública do turismo, por outro lado se propõe um olhar em relação aos entes mais desfavorecidos da sociedade e do próprio turismo, com vistas a pensar acerca de formas de inclusão.

Em linhas gerais, este curso apresenta as seguintes diretrizes: i) orientar a concepção, a criação e a coprodução dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, sobretudo no que tange à Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional, de forma a abarcar e integrar os diferentes saberes tidos como essenciais às sociedades contemporâneas; ii) incentivar a contínua formação dos agentes públicos envolvidos no domínio da gestão pública do turismo, estimulando a curiosidade e a criatividade; iii) Selecionar temas e conteúdo que perpassa, prioritariamente, os contextos do público-alvo, nos distintos ambientes de trabalho, assim como na esfera regional; iv) possuir uma perspectiva plural no trato de conteúdos, refutando posições unilaterais, intolerantes e frágeis do ponto de vista científico; v) orientar as atividades de aprendizagem a partir dum lógica que fomente a colaboração, a pesquisa, a análise da informação, a realização de diagnósticos e a

tomada de decisão mediante amparo legal e científico, de forma a favorecer a resolução de problemas e conflitos, sempre incitando a autoavaliação dos agentes participantes do processo.

### **1.3 Aderência da formação às necessidades locais**

Como se observa, o próprio desenho da gestão pública do turismo, ao primar por princípios, tais como a descentralização e o desenvolvimento regional, haja vista a integração dos destinos, concita a se pensar na impossibilidade, nos marcos legais do Turismo no Brasil, de se dissociar a gestão pública do tema do desenvolvimento regional. Até porque, como se percebe, a própria opção pelo estímulo à formação de Circuitos Turísticos, Zonas Turísticas e/ou Regiões Turísticas parte do pressuposto da desvantagem competitiva de destinos turísticos isolados e/ou pouco conhecidos quando em comparação com cidades ou regiões turísticas já consolidadas. Desse modo, por trás da promulgação do Plano Nacional de Turismo, da Política de Regionalização de Turismo e da Lei Estadual nº 18.030, de 2009, está o pressuposto de fortalecimento de vínculos para uma governança territorial também regional e, conseqüentemente, um estímulo ao desenvolvimento econômico de dados espaços, que não apenas circunscritos ao âmbito municipal.

Assim, num cenário institucional em que as políticas federal e estadual de Minas Gerais concita a uma integração entre entes municipais; num desenho institucional público que, muitas vezes, tende a obliterar a complexidade da área de turismo; em que se tem um conjunto de desafios ligados à capacitação de mão obra para atuar na área e, por fim, num contexto de oferta escassa em termos de cursos de pós-graduação voltados à gestão pública e ao desenvolvimento regional, **entende-se que a presente proposta contribui para o fortalecimento da gestão pública do turismo, de maneira comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, na medida em que visa capacitar gestores públicos ligados ao Turismo.**

Além do já exposto, há de se considerar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), promulgada em 2000, trouxe impactos diretos na gestão pública e, conseqüentemente, na gestão pública de turismo, na medida em que cria dispositivos legais para garantir a transparência do processo de gestão, apresenta restrições a

gastos excessivos, bem como estipula sanções aos gestores que atuem em desacordo aos princípios da ética, da idoneidade e da impessoalidade, reforçando assim a necessidade relativa à capacitação dos gestores públicos de turismo não só para questões específicas de gestão na área, mas, também, para aspectos mais gerais ligados ao Estado, à Economia e à Política.

A gestão pública é essencial ao desenvolvimento regional do Turismo no Brasil, pois essa perspectiva envolve uma série de municípios, que são reunidos em regiões turísticas. Estas são dinamizadas a partir do mapa do turismo brasileiro, que é constantemente atualizado quanto a estas e outras informações, tais como a categorização. Logo, observa-se que os municípios são categorizados em (A,B,C,D e E). A Portaria n. 41 do Ministério do Turismo destaca os critérios de categorização desses entes o que permite compreender a influência de um município em relação aos outros numa região turística e no próprio mapa do turismo brasileiro, a saber:

I - Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS); II - Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS); III - Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos (fonte: Estudo de Demanda Doméstica - MTur/FIPE); IV - Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais (fonte: Estudo de Demanda Internacional - MTur/FIPE); e V - Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem (fonte: Secretaria de Receita Federal/ME) (Brasil, 2021).

Além disto, considerando o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) que orienta todo o desenvolvimento regional do turismo no país, a relação entre gestão pública e desenvolvimento regional do turismo fica nítida nos oito eixos de atuação, como exemplos: na "gestão descentralizada", na necessidade de "planejamento e posicionamento do mercado", e notadamente na relevância da "qualificação profissional, dos serviços e da produção associada ao turismo". Assim como, no incentivo ao "empreendedorismo e a captação e a promoção dos investimentos", sendo estes quatro dos oito eixos de atuação do PRT. Para além disso, os outros quatro eixos também demandam atenção por parte da gestão pública, a saber: "a infraestrutura turística", "a informação ao turista", "a promoção e o apoio à comercialização" e, por fim "o monitoramento" (Brasil, 2021, s.p.).

Em Minas Gerais, são 48 regiões turísticas, cada qual com pelo menos 1 profissional relacionado à área de turismo, mas sem necessariamente possuírem

habilidades e competências específicas para atuação neste nível / ambiente. Além disso, na sua última atualização (2019), o estado de Minas Gerais contou com 471, no universo de 856 municípios do Estado, e 47 regiões turísticas integrantes do Mapa (SETUR/MG, 2021, s/p), possuindo algum órgão específico (departamento, autarquia ou subdivisão interna) que contemple o tema do turismo.

No Quadro 2, se apresentam as Instâncias de Governança Regional vigentes em 2021 e os municípios que formam estas estruturas de regionalização do turismo.

**Quadro 2: Relação de instâncias de governança regional em Minas Gerais (2020)**

Localização	Denominação oficial do Circuito	Municípios Participantes
Capital de Minas	1) Empresa Municipal de Turismo – BELOTUR	Belo Horizonte
Sul de Minas	2) Associação do Circuito Turístico das Águas	Baependi, Cambuquira, Campanha, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cruzília, Dom Viçoso, Lambari, Liberdade, São Lourenço, Soledade de Minas, Três Corações
	3) Associação dos Municípios do Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira	Brazópolis, Conceição das Pedras, Cristina, Delfim Moreira, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí
	4) Associação do Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas	Bom Repouso, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Camanducaia, Cambuí, Conceição dos Ouros, Congonhal, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Estiva, Extrema, Gonçalves, Itapeva, Munhoz, Paraisópolis, Sapucaí-Mirim, Senador Amaral, Tocos do Moji, Toledo
	5) Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes	Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Desterro do Melo, Dolores de Campos, Entre Rios de Minas, Ibituruna, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, São João del Rei, São Tiago, São Vicente de Minas, Tiradentes
	6) Associação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas	Albertina, Borda da Mata, Inconfidentes, Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino
	7) Associação do Circuito Turístico Nascentes das Gerais e Canastra	Alpinópolis, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Passos, Piumhi, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Roque de Minas, Tapira, Vargem Bonita
	8) Associação do Circuito Turístico Terras Altas da Mantiqueira	Aiuruoca, Alagoa, Bocaina de Minas, Itamonte, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto, São Sebastião do Rio Verde
	Triângulo Mineiro	9) Associação dos Municípios de Interesse da Alta Mogiana

Zona da Mata	10	Associação do Circuito Turístico Caminho Novo	Juiz de Fora, Matias Barbosa, Mercês, Santos Dumont, Simão Pereira
	11	Associação do Circuito Turístico Lago de Furnas	Alfenas, Alterosa, Boa Esperança, Campos Gerais, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Serrania, Turvolândia
	12	Associação do Circuito Turístico Nascente do Rio Doce	Alto Rio Doce, Brás Pires, Carandaí, Cipotânea, Ressaquinha, Senhora dos Remédios
	13	Associação dos Municípios do Circuito Turístico da Serra do Brigadeiro	Divino, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira
	14	Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca	Arantina, Bias Fortes, Bom Jardim de Minas, Lima Duarte, Olaria, Rio Preto, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jacutinga, Santana do Garambéu
	15	Associação dos Municípios do Circuito Turístico Caminhos Verdes de Minas	Bicas, Chiador, Descoberto, Goianá, Guarani, Mar de Espanha, Piau, Rio Novo, Rio Pomba, São João Nepomuceno, Tabuleiro
	16	Associação dos Municípios do Circuito Turístico Montanhas e Fé	Abre Campo, Diogo de Vasconcelos, Jequeri, Matipó, Paula Cândido, Pedra do Anta, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sericita, Urucânia
	17	Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira	Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Caputira, Durandé, Espera Feliz, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Martins Soares, Pedra Dourada, Santana do Manhuaçu, São Francisco do Glória, São José do Mantimento, Simonésia, Tombos
	18	Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico das Serras e Cachoeiras	Além Paraíba, Argirita, Astolfo Dutra, Cataguases, Dona Euzébia, Estrela Dalva, Guidoal, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Mirai, Palma, Piraúba, Rodeiro, São Sebastião da Vargem Alegre, Volta Grande
	19	Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Minas	Acaiaca, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Dom Silvério, Guaraciaba, Presidente Bernardes, São Geraldo, Ubá, Viçosa
Norte de Minas	20	Associação do Circuito Turístico da Serra Geral do Norte de Minas	Catuti, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Nova Porteirinha, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Serranópolis de Minas
	21	Associação do Circuito Turístico da Cachaça	Salinas, Taiobeiras, Rubelita, Fruta de Leite, Indaiabira
	22	Associação dos Municípios do Circuito Turístico Uruçua Grande Sertão	Arinos, Bonfinópolis de Minas, Chapada Gaúcha, Formoso, Uruçua
	23	Associação do Circuito Turístico	Augusto de Lima, Buenópolis, Claro dos Poções, Francisco Dumont, Jequitaí, Joaquim Felício, Lassance

	da Serra do Cabral		
24	Associação do Circuito Turístico Velho Chico	Bonito de Minas, Itacarambi, Januária, Lontra, Manga, Mirabela, São Francisco, São João das Missões	
25	Associação do Circuito Turístico Lago de Irapé	Berilo, Botumirim, Cachoeira de Pajeú, Coração de Jesus, Curral de Dentro, Grão Mogol, Ibiaí, Lagoa dos Patos, Leme do Prado, Montezuma, Novorizonte, Santo Antônio do Retiro, São João da Lagoa, Turmalina, Vargem Grande do Rio Pardo, Veredinha	
26	Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais	Brasília de Minas, Itacambira, Montes Claros, Olhos-d'Água, São João da Ponte, São João do Pacuí, Varzelândia	
Centro de Minas	27	Agência de Desenvolvimento Regional de Turismo Circuito dos Diamantes	Alvorada de Minas, Carbonita, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Presidente Kubitschek, Rio Vermelho, São Gonçalo do Rio Preto, Serra Azul de Minas, Serro
	28	Associação do Circuito Turístico das Grutas – AGTG	Baldim, Caetanópolis, Capim Branco, Cordisburgo, Jequitibá, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Sete Lagoas
	29	Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Lago de Três Marias	Arapuá, Estrela do Indaiá, Martinho Campos, Matutina, Morada Nova de Minas, São Gonçalo do Abaeté, Serra da Saudade, Tiros, Três Marias
	30	Associação do Circuito Verde – Trilha dos Bandeirantes	Bom Despacho, Dores do Indaiá, Leandro Ferreira, Maravilhas, Onça de Pitangui, Papagaios, Pará de Minas, Pequi, Pitangui
	31	Associação dos Municípios do Circuito Turístico Guimarães Rosa – ACGR	Araçá, Buritizeiro, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Morro da Garça, Pirapora, Pompéu, Presidente Juscelino
	32	Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Ouro – ACO	Barão de Cocais, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Itabira, Itabirito, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara
	33	Associação dos Municípios do Circuito Turístico da Serra do Cipó	Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Itambé do Mato Dentro, Jaboticatubas, Nova União, Santana do Riacho
	34	Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Veredas do Paraopeba	Belo Vale, Bonfim, Brumadinho, Contagem, Desterro de Entre Rios, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itaúna, Jeceaba, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Piedade dos Gerais, São Brás do Suaçuí, São Joaquim de Bicas, Sarzedo
Rio Doce	35	Agência de Desenvolvimento Turístico do Circuito Mata Atlântica de Minas	Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Dionísio, Ipaba, Ipatinga, Marliéria, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, Timóteo
	36	Associação do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce – TRD	Aimorés, Alvarenga, Capitão Andrade, Coluna, Conselheiro Pena, Coroaci, Cuparaque, Divinolândia de Minas, Dores de Guanhões, Engenheiro Caldas, Frei Lagonegro, Goiabeira, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhões, Itabirinha, Itanhomi, Jaguarapuçu, José Raydan, Marilac, Mathias

		Lobato, Nacip Raydan, Nova Belém, Paulistas, Peçanha, Resplendor, Santa Efigênia de Minas, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Félix de Minas, São João Evangelista, São José da Safira, São José do Divino, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, Senhora do Porto, Sobrália, Tumiritinga, Virginópolis, Virgolândia	
37	Associação do Circuito Turístico Rota do Muriqui	Caratinga, Córrego Novo, Imbé de Minas, Inhapim, Ipanema, Piedade de Caratinga, Santa Rita de Minas, São José do Mantimento, Taparuba, Tarumirim, Ubaporanga	
38	Associação do Circuito Turístico Vale do Jequitinhonha	Águas Formosas, Bertópolis, Comercinho, Coronel Murta, Divisa Alegre, Divisópolis, Itinga, Jequitinhonha, Jordânia, Mata Verde, Materlândia, Medina, Ponto dos Volantes, Rubim, Virgem da Lapa	
39	Associação do Circuito Turístico Noroeste das Gerais e Alto Paranaíba	Buritis, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Coromandel, Dom Bosco, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Patos de Minas, Presidente Olegário, Riachinho, Unaí, Uruana de Minas, Vazante	
40	Associação do Circuito Turístico Caminhos do Cerrado	Carmo do Paranaíba, Patrocínio, Rio Paranaíba, São Gotardo, Serra do Salitre	
Vale do Mucuri	41	Associação do Circuito Turístico Pedras Preciosas	Água Boa, Angelândia, Campanário, Capelinha, Carlos Chagas, Catuji, Francisco Badaró, Franciscópolis, Itaipé, Itamarandiba, Itambacuri, Jenipapo de Minas, Ladainha, Minas Novas, Nanuque, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Padre Paraíso, Pavão, Poté, Santa Maria do Suaçuí, Serra dos Aimorés, Teófilo Otoni
	42	Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D'Água	Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Ijaci, Itumirim, Lavras, Luminárias, Nepomuceno, Oliveira, Passa Tempo, Perdões, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Três Pontas, Varginha
	43	Associação do Circuito Turístico Villas e Fazendas de Minas	Caranaíba, Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Conselheiro Lafaiete, Cristiano Otoni, Itaverava, Lamim, Queluzito, Rio Espera, Santana dos Montes, Senhora de Oliveira
	44	Associação do Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas	Arcos, Campo Belo, Córrego Fundo, Cristais, Formiga, Pains, Pimenta
	45	Associação do Circuito Turístico Montanhas Cafeeiras de Minas	Areado, Bom Jesus da Penha, Guaranésia, Guaxupé, Jacuí, Juruaia, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, São Pedro da União
	46	Associação do Circuito Turístico Caminhos Gerais – ACG	Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Carvalhópolis, Machado, Poço Fundo, Poços de Caldas
	47	Associação do Circuito Turístico Campo das Vertentes	Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Cláudio, Divinópolis, Itapecerica, São Francisco de Paula

Fonte: SETUR/MG (2021).

Como exposto anteriormente, a prática profissional de quadros técnicos para atuação em cargos gerenciais intermediários - supervisão, tático e operacional – no setor público envolve o domínio de habilidades e competências para se lidar com uma

série de mecanismos, processos e tarefas de gestão que envolvem situações e conhecimentos que extrapolam a própria formação específica (o que nem sempre é assegurado aquele corpo técnico) em turismo, pois demanda também conhecimentos de gestão pública, os quais não são necessariamente fornecidos em nível de graduação de forma aprofundada para o exercício da atividade daqueles profissionais que se dedicaram especificamente a este setor.

Neste sentido, em síntese, questões relativas à **normatização** (princípios, hierarquias, sobreposições e competências de cada órgão/esfera de atuação ou jurisdição), à **execução administrativa de projetos, processos e planos** (assegurando-se os princípios da gestão pública), bem como ao **exercício profissional de competência técnica específica** (por exemplo, hierarquização de atrações turísticas, regiões e sistemas, etc.) institucionalmente inscritas no âmbito da administração pública (o que pressupõe validade e universalidade legais) transcendem o escopo da formação adquirida em cursos de graduação em turismo, em sua oferta regular, bem como em curso de graduação em administração pública (onde neste caso lhes faltariam aos egressos as competências específicas do profissional turismólogo).

Portanto, estima-se que haja uma farta demanda latente de profissionais com o perfil almejado para serem capacitados por este curso, contribuindo assim para a formação de recursos e capacitação quadros técnicos levando assim a contribuir para a implementação - de forma descentralizada – de uma política de Estado que é a qualificação técnica e profissional do setor turístico.

#### **1.4 Resultados delineados**

Através da oferta do Curso de Especialização em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional, os resultados delineados são de três ordens:

(a) Além de suprir uma lacuna na oferta de Cursos de Especialização desta natureza em Minas Gerais (ver Quadro 1), servir como modelo piloto de inserção de Gestores Públicos - qualificados em nível de pós-graduação - na atuação com os eixos formadores do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Assim, como resultado delineado – a partir da aquisição de competências - contribuir para que os gestores públicos tenham uma ainda mais uma visão descentralizada do turismo (item I); atuando com o planejamento e o posicionamento de mercado considerando as diretrizes do PRT em uma perspectiva interdisciplinar (item II); visualizem e sejam

capazes de atuar frente com desafios complexos de estímulo ao empreendedorismo, de captação e promoção de investimentos (item IV); como também das necessidades de infraestrutura turística (item V); da dinamização sobre à informação ao turista (item VI); considerando os esforços de promoção e do apoio à comercialização (item VII), e dos avanços com as mais modernas estratégias de monitoramento (item VIII). Isto, pois, a partir do fortalecimento do item III - que é basilar para alcançar este resultado delineado, qual seja: "a qualificação profissional, dos serviços e da produção associada ao turismo" que depende essencialmente das pessoas e dos profissionais que atuam com o fenômeno (vide Portaria n. 41 de 24 de novembro de 2021 (BRASIL, 2021) - o resultado delineado será o maior empoderando do Gestor Público na atuação nos processo de planejamento e gestão com vistas ao desenvolvimento regional do Turismo.

(b) Subjacente ao resultado esperado anterior, a partir da capacitação específica de quadros técnicos de profissionais servidores públicos - que trabalham em departamentos, secretarias, fundações e outros órgãos municipais, estaduais e federais de turismo - haverá como resultado a criação e sustentação de uma rede de conhecimentos e relacionamentos, que contribuirá para o fortalecimento de destinos e regiões turísticas envolvendo gestores/discentes/professores/especialistas/outros interessado fortalecendo ainda mais a relação entre academia (e, nisto se incluem os Polos envolvidos, e a própria UFJF) e o restante da sociedade, notadamente as Instâncias de Governança do Turismo, os Conselhos Municipais de Turismo etc., determinando um modelo de ensino inovador, quanto às suas dinâmicas organizacional e geoespacial, justamente por se tratar da modalidade à distância.

(c) O último resultado delineado é que a formação oferecida aos discentes possa contribuir para aumentar o desempenho dos sistemas turísticos locais e regionais em termos de produtos e serviços de suas cadeias produtivas, uma vez que isto está correlacionado diretamente com a falta de capacidade para sua adequada operação. Portanto, a expectativa principal é que o egresso desse curso de especialização atue, de maneira empoderada, na gestão pública com vistas a aplicar os conhecimentos adquiridos para suprir tais necessidades identificadas.

### **1.5 Impactos sociais e econômicos delineados**

A única e principal área que é comum a quase totalidade da oferta educacional em turismo existente, no Brasil e no exterior, é a área de planejamento e gestão do turismo, em particular, aquela voltada ao setor público, dada a sua imposição normativa e sua consequente universalidade a uma dada sociedade (Pimentel, Pimentel; Carvalho, 2021, p.111). Contudo, ainda são escassos os Cursos dedicados a isto, notadamente em nível de pós-graduação lato sensu, e mais escassas as métricas que analisam os impactos socioeconômicos da relação entre a formação acadêmica e os impactos no restante da sociedade. Portanto, os impactos sociais e econômicos delineados a partir do Curso de Especialização em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional são descritas no Quadro 3 balizados pela proposta teórico metodológica e político pedagógica do Curso frente às necessidades identificadas em âmbito socioeconômico imbricadas a gestão pública e ao desenvolvimento regional do turismo:

**Quadro 3. Impactos sociais e econômicos**

<b>Impactos sociais</b>	<b>Impactos Econômicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior qualificação de gestores públicos em nível de pós-graduação, estimulando a avanços em suas respectivas carreiras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior promoção do desenvolvimento econômico local e regional através do turismo, contribuindo para retenção estímulo ao empreendedorismo, à captação de recursos etc.;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de conhecimento e colaboração através de formação de rede envolvendo academia (polos e UFJF) e o restante da sociedade (notadamente, Conselhos Municipais de Turismo, Instâncias de Governança etc.), e demais interessados no contexto da temática do Curso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior desempenho dos sistemas turísticos locais e regionais em termos de elaboração e diversificação de produtos e serviços de suas cadeias produtivas;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo a uma maior organização e colaboração do setor público com o setor privado, o terceiro setor e, conseqüentemente, a sociedade civil no que tange ao turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo ao aumento de receitas, sobretudo oriundas de tributos e impostos, decorrentes de iniciativas inovadoras e criativas dos agentes públicos ligados a este Curso.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

### **1.6 Formas de avaliação de impacto do projeto de formação**

Quanto às formas de avaliação de impacto do projeto de formação, o curso terá seu impacto avaliado a partir de três eixos centrais: (1) acadêmico, cuja finalidade será aferir a performance dos estudantes em termos acadêmico-pedagógicos, (2) profissional, cujo propósito é avaliar o impacto do curso na contribuição para a performance do seu exercício profissional, no desempenho de suas atividades profissionais cotidianas, e (3) socioeconômico, com vistas a avaliar em que medida a formação oportunizada – ora pelo curso proposto - terá podido afetar a sua empregabilidade, isto é a sua capacidade (ou atratividade) para ser contratado e retido em um posto profissional, e a sua mobilidade profissional, isto é, a sua capacidade de mudar e eventualmente ascender em termos de uma determinada carreira profissional.

No âmbito acadêmico serão considerados principalmente 3 indicadores: 1.1 taxa de concluintes (e seu complemento: taxa de evasão escolar), que indicam respectivamente o número de egressos em relação ao número de ingressantes (vagas disponíveis (e seu complemento, o inverso, a proporção de desistentes em relação ao número de vagas disponíveis), 1.2 a taxa de retenção do curso, i.e., a proporção de alunos "atrasados" em relação ao prazo médio em que deveriam estar; e 1.3 a eficiência terminal (prazo médio de titulação dos egressos) em relação ao prazo proposto.

Quanto à avaliação do (2) eixo profissional, também aqui serão considerados principalmente 3 indicadores para aferição da performance profissional do estudante/egresso do curso, a saber: 2.1 empregabilidade, dada pela quantidade de oportunidades recebidas/aceitas (se solicitadas pelo egresso) em relação ao universo imediato de oportunidade no período imediatamente anterior à sua entrada no curso; 2.2 mobilidade profissional, dada pela razão entre o número de oportunidades de ascensão vertical ou lateral) em novos cargos/tarefas ante o número de possibilidade/oferta anterior ao período de formação, e 2.3 taxa de uso de soluções (habilidades, competências e conhecimentos) em sua rotina de trabalho diário, que será dado pela relação entre o número de "ferramentas" / soluções comumente usadas antes do curso, antes o número de técnicas, ferramentas e soluções incorporadas em sua rotina de trabalho, após a realização do curso.

Esse conjunto de indicadores pressupõe a realização de um banco de dados com informações de todos e cada aluno do curso, por parte da gestão do curso, de forma a possibilitar o monitoramento durante o curso, bem como coleta de informações após o curso, a fim de possibilitar e validar indicadores que façam relação ex/post. Toda e qualquer informação coletada será feita se previamente consentida pelo usuário.

### **1.7 Inovação da proposta de formação considerando a perspectiva do protagonismo dos estudantes**

No que tange às **inovações da proposta de formação deste Curso**, primeiramente se destaca o compromisso desta pós-graduação, explicitado na matriz curricular, **de conceber a gestão pública intimamente associada ao pressuposto do desenvolvimento regional**. Desse modo, os agentes públicos teriam contato não apenas com questões relativas ao papel do Estado, ao planejamento e às políticas públicas, mas também com os aspectos necessários ao desenvolvimento econômico regional, o que pressupõe o estabelecimento de diálogos, parcerias e projetos coletivos com outros entes da sociedade, como o terceiro setor e a iniciativa privada, bem como a própria sociedade civil.

Outro diferencial do curso diz respeito à prerrogativa existente nas disciplinas de permitir, por intermédio das atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), **que o estudante possa sempre analisar um objeto específico do seu interesse** (uma lei estadual de turismo; um plano municipal de turismo; ações de uma secretaria de turismo, marcos regulatórios do Turismo no Brasil, etc.). Desse modo, o curso se inspira na possibilidade estabelecer projetos de ensino-aprendizagem, isto é, o discente poderá, a partir do referencial teórico e das atividades, situar o cerne das discussões para a sua realidade imediata, podendo, portanto, ao longo das semanas, construir diagnósticos de dado objeto e, quiçá, sugerir e/ou implementar mudanças em sua realidade à luz das ações desenvolvidas nas disciplinas (Bender, 2015). Desse modo, o educador atuaria como um design de caminhos, tutorando o aprendiz ao longo do processo de compreensão da realidade ao qual está imerso, evitando, assim, avaliações e exercícios demasiadamente teóricos, descontextualizados do universo no qual os estudantes se encontram.

Além disso, outra inovação do curso parte do pressuposto de incentivar a **construção coletiva e a colaboração entre discentes e docentes**. Com isso, se tem um deslocamento de uma educação centrada apenas na transferência do conteúdo para uma educação pautada no papel ativo do estudante ao construir suas próprias conclusões por meio de ações colaborativas. Dentre elas, podemos citar, a exemplo de Bacich; Moran (2018), ferramentas, como o Intertext, chats, fóruns e enquetes, de forma a suscitar a curiosidade e fomentar as pesquisas a situações/problemas reais da gestão do turismo por parte do corpo discente.

### **1.8. Justificativa**

Conforme promulgado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está definida uma reorganização do papel desempenhado pelos entes federativos, a saber: Municípios, Estados e o Governo Federal. Em seu artigo 180, nota-se o seguinte: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”. Tal entendimento denota que o turismo, segundo a Carta Magna, não só tende a ser contemplado dentre todos os entes federativos, como também carregaria consigo um viés de desenvolvimento socioeconômico inerente a si. Nesse sentido, no que tange à gestão pública do turismo no país, é possível salientar que as estratégias são perpassadas pela descentralização dos esforços, buscando por integração entre os destinos e aumento da gestão participativa, tal como presente no Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 (Brasil, 2018, p. 15).

Em que pese haver uma certa falta de autonomia na gestão pública do Turismo, é oportuno evidenciar que tal prática tende a acarretar prejuízos, como observado, visto que não só o turismo é um fenômeno marcado pela complexidade (Moesch; Beni, 2017), como também apresenta singularidades em sua gestão pública no Brasil.

E uma das singularidades na área tem a ver com a necessidade de que, na ponta do processo, isto é, nos municípios sobretudo, se tenha profissionais habilitados a lidar não só com a interdisciplinaridade do fenômeno turístico, como também estejam habilitados a atender às diretrizes concernentes à regionalização do Turismo. No caso de Minas Gerais, em 2001, a então Secretaria de Turismo (SETUR) criou a Política dos Circuitos Turísticos, sendo regulamentada em 2003 por intermédio

do Decreto Estadual Nº 43.321/2003 de 08/05/2003. A despeito de um conjunto de dificuldades presentes no arranjo proposto, tais como escassez de recursos de muitos Circuitos, ausência de condições mínimas para funcionarem e falta de engajamento de municípios participantes, como lembrado por Emmendoerfer *et. al* (2007), 513 municípios faziam parte de algum dos 45 Circuitos Turísticos de Minas Gerais em 2020, dado esse oriundo da Secretaria de Estado de Turismo e Cultura de Minas Gerais.

Importa assinalar que a Política de Circuitos Turísticos desencadeou todo um redesenho institucional da gestão do turismo que não só contaria, a partir de então, com secretarias/autarquias municipais, como também demandaria, no caso mineiro, com uma instância de governança regional, os Circuitos. Portanto, tal situação demandaria que houvesse certa sinergia entre decisões municipais e aquelas outras oriundas dessa esfera regional (Pimentel; Pimentel, 2019).

Ademais, a própria iniciativa de implementação da Lei Estadual nº 18.030 de 2009, ao criar critérios para subdivisão do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Minas Gerais, por meio de ações ligadas ao turismo, trouxe à tona um conjunto de responsabilidades outras ao gestor municipal da área. Eis alguns exemplos de desafios que o gestor de turismo em Minas Gerais se vê defrontado a partir desse marco legal: i) participação no Programa de Regionalização do Turismo da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais (SECULT); ii) existência e implementação da Política Municipal de Turismo; iii) gerenciamento do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); iv) gestão do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR).

Dessa maneira, é possível considerar que as exigências realizadas pelo Governo de Minas Gerais para a divisão de recursos do ICMS estimulam, mediante rateio de receitas a partir de critérios ligados à governança do turismo, uma descentralização das políticas da área, por meio de um incentivo a ações de efetivas relativas ao desenvolvimento da atividade turística. Algo que vai ao encontro da seguinte consideração:

A estrutura para atividade turística é relevante, mas os governos também devem preocupar-se com processos. Tal posicionamento exige do setor público um papel mais proativo na gestão do desenvolvimento do turismo formando um

contexto denominado “Novo Regionalismo” (Silva, Passador, 2016, p. 604).

Como se observa, o próprio desenho da gestão pública do turismo, ao primar por princípios, tais como a descentralização e o desenvolvimento regional, haja vista a integração dos destinos, concita a se pensar na impossibilidade, nos marcos legais do Turismo no Brasil, de se dissociar a gestão pública do tema do desenvolvimento regional. Até porque, como se percebe, a própria opção pelo estímulo à formação de Circuitos Turísticos, Zonas Turísticas e/ou Regiões Turísticas parte do pressuposto da desvantagem competitiva de destinos turísticos isolados e/ou pouco conhecidos quando em comparação com cidades ou regiões turísticas já consolidadas. Desse modo, por trás da promulgação do Plano Nacional de Turismo, da Política de Regionalização de Turismo e da Lei Estadual nº 18.030, de 2009, está o pressuposto de fortalecimento de vínculos para uma governança territorial também regional e, conseqüentemente, um estímulo ao desenvolvimento econômico de dados espaços, que não apenas circunscritos ao âmbito municipal.

Assim, em um cenário institucional em que as políticas federal e estadual de Minas Gerais concita a uma integração entre entes municipais; em um desenho institucional público que, muitas vezes, tende a obliterar a complexidade da área de turismo; em que se tem um conjunto de desafios ligados à capacitação de mão obra para atuar na área e, por fim, em um contexto de oferta escassa em termos de cursos de pós-graduação voltados à gestão pública e ao desenvolvimento regional, **entende-se que a presente proposta contribui para a construção e o fortalecimento da gestão pública do turismo, de maneira comprometida com o desenvolvimento socioeconômico regional, na medida em que visa formar, capacitar e atualizar gestores públicos ligados ao turismo.**

Além do já exposto, há de se considerar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), promulgada em 2000, trouxe impactos diretos na gestão pública e, conseqüentemente, na gestão pública de turismo, na medida em que cria dispositivos legais para garantir a transparência do processo de gestão, apresenta restrições a gastos excessivos, bem como estipula sanções aos gestores que atuem em desacordo aos princípios da ética, da idoneidade e da impessoalidade, reforçando assim a necessidade relativa à capacitação dos gestores públicos de turismo não só

para questões específicas de gestão e desenvolvimento na área, mas, também, para aspectos mais gerais ligados ao Estado, à Economia e à Política.

A gestão pública é essencial ao desenvolvimento regional do Turismo no Brasil, pois essa perspectiva envolve uma série de municípios, que são reunidos em regiões turísticas. Estas são dinamizadas a partir do mapa do turismo brasileiro, que é constantemente atualizado quanto a estas e outras informações, tais como a categorização. Logo, observa-se que os municípios são categorizados em (A,B,C,D e E). A Portaria n. 41 do Ministério do Turismo destaca os critérios de categorização desses entes o que permite compreender a influência de um município em relação aos outros numa região turística e no próprio mapa do turismo brasileiro, a saber:

I - Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS); II - Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS); III - Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos (fonte: Estudo de Demanda Doméstica - MTur/FIPE); IV - Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais (fonte: Estudo de Demanda Internacional - MTur/FIPE); e V - Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem (fonte: Secretaria de Receita Federal/ME) (BRASIL, 2021).

Ademais, considerando o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) que orienta todo o desenvolvimento regional do turismo no país, a relação entre gestão pública e desenvolvimento regional do turismo fica nítida nos oito eixos de atuação, como exemplos: na "gestão descentralizada", na necessidade de "planejamento e posicionamento do mercado", e notadamente na relevância da "qualificação profissional, dos serviços e da produção associada ao turismo". Assim como, no incentivo ao "empreendedorismo e a captação e a promoção dos investimentos", sendo estes quatro dos oito eixos de atuação do PRT. Para além disso, os outros quatro eixos também demandam atenção por parte da gestão pública, a saber: "a infraestrutura turística", "a informação ao turista", "a promoção e o apoio à comercialização" e, por fim "o monitoramento" (Brasil, 2021, s.p.).

Isto posto, torna-se essencial um Curso de Especialização em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional na modalidade de Ensino a Distância, pois esta modalidade permite acompanhar a própria dinâmica de regionalização do turismo num país de dimensões continentais como o Brasil. Isso porque a oferta deste Curso em Polos que já são posicionados em municípios localizados em regiões

turísticas, ou em suas proximidades, será uma oportunidade para contribuir com os eixos de atuação do próprio PRT em termos de estímulo à qualificação notadamente da gestão pública. Ademais, o gestor público que atua com as complexidades do fenômeno turístico, ou àqueles profissionais que almejam atuarem na gestão pública do turismo terão oportunidade de se qualificarem a partir da oferta do ensino público, gratuito e de qualidade provido por uma das Universidades de maior expressividade nacional e latino-americana, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no âmbito do Programa Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), por intermédio do Edital 25/2023.

## **2. Objetivos do curso**

### **2.1 Geral**

Contribuir para a formação de agentes públicos ligados direta ou indiretamente à gestão e ao desenvolvimento regional do turismo, pertencentes aos quadros da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, visando a melhoria do serviço público, a preservação da democracia e a efetivação de políticas públicas, no exercício de atividades operacionais, tático-gerenciais e/ou estratégicas e de cooperação intersetorial.

### **2.2 Específicos**

- \* Capacitar quadro de agentes públicos para atuarem na gestão pública do turismo desde o nível macro (governo) a micro (unidades organizacionais) sistemas públicos imbricados ao desenvolvimento regional do turismo;

- \* Induzir profissionais com formação adequada a atuarem na realidade social, política e econômica, sempre comprometidos com os pressupostos da sustentabilidade e do desenvolvimento socioeconômico regional;

- \* Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública das atividades ligadas ao turismo levadas a efeito pelo Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal no âmbito do desenvolvimento regional;

- \* Estimular que o gestor público de turismo desenvolva visão estratégica de governança no contexto do desenvolvimento regional do turismo.

### 3. Público alvo

Agentes públicos atuantes ligados direta ou indiretamente ao desenvolvimento regional do Turismo, que sejam portadores de diploma de curso superior em qualquer área do conhecimento, e que exerçam funções em órgãos públicos.<sup>2</sup>

### 4. Concepção do curso

O alvorecer do século XXI enseja uma série de desafios e oportunidades quanto ao uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) para os avanços na área Educacional. Por outro lado, a compressão do tempo e espaço com as continuidades e descontinuidades entre real, virtual e imaginado (ver Lévy, 1996) coloca a Educação na modalidade à distância em diversos níveis (graduação, pós-graduação etc.) como um diferencial, notadamente para aqueles que geoespacialmente se encontram distantes de ofertantes de cursos presenciais.

Logo, sob égide da metalinguagem a concepção de um Curso de Especialização na modalidade à distância sobre Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional cumpre o duplo papel de ser: (1) indutor da capacitação de gestores públicos atuantes (ou que almejam atuar) *in loco* com as dinâmicas do desenvolvimento regional do turismo; (2) contribuir para a sustentabilidade da própria dinâmica do desenvolvimento regional do turismo, uma vez que há carência de mão de obra qualificada e especializada.

Nesse sentido, o modelo de ensino a distância permite que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, e com uma política de regionalização do turismo estabelecida por mais de uma década, por meio dos Polos de EAD a serem atendidos, e em sintonia com os municípios e as regiões turísticas em suas localidades ou proximidades, este Curso cumpra estas duas missões, da qualificação de gestores públicos envolvidos com o desenvolvimento regional. Para além disso, observando o papel da UFJF neste ecossistema educacional e de desenvolvimento do turismo, a concepção do referido Curso permitirá, como mencionado, que o corpo docente possa, a partir de suas respectivas áreas de atuação e expertises, entregar

---

<sup>2</sup> Caso as vagas não sejam ocupadas por esse público, e havendo a anuência da Universidade Aberta do Brasil e da CAPES para o ingresso de graduados, o curso poderá receber outros segmentos, sempre em consonância com os limites e características dispostos nos editais regularmente publicados.

ensino de qualidade, gratuito, e em nível de pós-graduação lato-sensu em uma área de ensino do Turismo ainda escassa quanto à oferta, qual seja a interface entre Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

O presente curso está estruturado em 3 módulos semestrais, cada qual agrupando um conjunto de disciplinas com um propósito comum e que guardam afinidade entre si, a saber:

a) **Módulo 1:** com foco em uma formação ampla e de base acerca das concepções de turismo, Estado, Economia, sociedade, entre outros temas, cuja finalidade é fornecer um *input* de questões transversais, originalmente elaboradas e desenvolvidas em outras áreas do conhecimento, e que serviram de alicerce e premissas para eventuais aplicações contextualizadas na gestão pública do turismo. Este módulo será composto por disciplinas de 30 horas cada, que são indicadas a seguir:

- (1) Introdução à modalidade EaD (30 horas);
- (2) Planejamento público e turismo (30 horas);
- (3) Economia Regional e Turismo (30 horas);
- (4) Gestão Social e Políticas Públicas em Turismo (30 horas).

b) **Módulo 2:** com foco em formação específica em turismo e à problemática de questões contemporâneas relacionadas com temas e situações empíricas recorrentes, como a concertação de esforços públicos, privados e da sociedade civil para coprodução de bens – produtos e serviços - públicos, a produção e operação de serviços turísticos, à inovação e desenvolvimento regional, bem como as perspectivas críticas e interdisciplinares fundantes da interface entre turismo, marketing, comunicação e neurociências para a compreensão das experiências turísticas, tomadas de decisão frente aos desafios e oportunidades imbricados ao planejamento e gestão de destinos turísticos.

- (5) Design de produtos e experiências turísticas (30 horas);
- (6) Sustentabilidade e participação em projetos turísticos (30 horas);
- (7) Consumo, Marketing e Turismo (30 horas);
- (8) Turismo e Neurociências (30 horas);

(9) Desenvolvimento Turístico: Perspectivas regional e local (30 horas);

(10) Competitividade de Destinos e Regiões Turísticas (30 horas).

c) **Módulo 3:** O terceiro e último módulo do curso compreende as disciplinas de Competitividade de Destinos e Regiões Turísticas, Gestão de Atrativos Naturais e Seminário Temático I (Metodologia Científica) e Seminário Temático II (Desenvolvimento do do TCC).

(11) Práticas Sustentáveis no Turismo (30 horas);

(12) Educação e Turismo (30 horas).;

(13) Seminário Temático I (30 horas);

(14) Seminário Temático II (30 horas).

#### **4.1 Carga horária**

O curso será ofertado gratuitamente na modalidade à distância com duração de 18 meses e carga horária total de 420 horas, organizadas em 14 disciplinas de 30 horas cada. Ao longo do curso, haverá encontros presenciais obrigatórios aos finais de semana nos polos, momento em que se darão as avaliações finais. Essa tarefa, de caráter presencial, será realizada no 8º mês e no 14º mês do curso.

A primeira avaliação presencial versará sobre os conteúdos ministrados nas seguintes disciplinas: (2) Planejamento público e turismo (30 horas); (3) Economia Regional e Turismo (30 horas); (4) Gestão Social e Políticas Públicas em Turismo (30 horas); (5) Design de produtos e experiências turísticas (30 horas); (6) Educação e Turismo (30 horas).

Já a segunda avaliação presencial versará sobre os conteúdos ministrados nas seguintes disciplinas:(7) Consumo, Marketing e Turismo (30 horas); (8) Turismo e Neurociências (30 horas); (9) Desenvolvimento Turístico: Perspectivas regional e local (30 horas); (10) Sustentabilidade e participação em projetos turísticos (30 horas); (11) Gestão de Atrativos Naturais; (12) Competitividade de Destinos e Regiões Turísticas.

## **4.2 Da seleção dos estudantes**

A forma de processo seletivo será a partir do edital de seleção (ver Anexo 1). No processo seletivo, haverá prioridade para os agentes públicos ligados direta ou indiretamente com o turismo, detentores de diploma de graduação em um curso superior. Caso as vagas não sejam ocupadas por esse público, e havendo a anuência da Universidade Aberta do Brasil e da CAPES<sup>3</sup> para o ingresso de graduados, o curso poderá receber outros segmentos, sempre em consonância com os limites e características dispostos nos editais regularmente publicados.

## **4.3 Do espaço físico**

As aulas do curso de Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional são on-line, portanto, os estudantes não necessitam de um espaço físico concernente a salas de aulas para que as atividades sejam desenvolvidas. No entanto, para a elaboração e realização das aulas, por parte dos professores, serão utilizadas as instalações da Universidade Federal de Juiz de Fora, em particular as dependências do Instituto de Ciências Humanas e do CEAD/UFJF, para gravação de aulas assíncronas ou o proferimento de aulas síncronas.

Nos casos de encontros presenciais com os alunos, estes encontros serão realizados nos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A secretaria do curso vai funcionar nas dependências do Departamento de Turismo da UFJF, necessitando apenas de 2 computadores com acesso à internet, telefone, armários, mesas e cadeiras. Para Formação de Tutores e Professores, bem como reuniões periódicas do curso e desenvolvimento de materiais e aulas, serão utilizadas as dependências do Centro de Educação a Distância (Cead/UFJF).

## **4.4 Sistemas de avaliação**

Baseada na Resolução 45/2018, do Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, a Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional estabelece os seguintes critérios de avaliação:

---

<sup>3</sup> Tal como disposto no Edital nº 25/2023 — CAPES. Ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/editais-uab/edital-no-25-2023>. Acesso em 01 dez. 2023.

4.4.1 – **Quanto à frequência:** a frequência mínima obrigatória é de 75%, segundo o artigo 28 da resolução supracitada. Por se tratar de um curso na modalidade a distância, a participação do aluno nas atividades presenciais e nas atividades propostas na plataforma servirá como parâmetro para aferição da frequência.

4.4.1.2 – Considerando que as disciplinas ocorrerão em prazo médio de 60 dias, o aluno que ficar infrequente por 25% (computado em dias consecutivos de acesso à plataforma Moodle) em qualquer disciplina desenvolvida no AVA (ambiente virtual de aprendizagem) será considerado desistente da mesma e, neste caso, poderá ser reprovado no curso, tendo em vista que para aprovação final é necessária aprovação em todas as disciplinas, sem oferecimento de reoferta.

4.4.1.3 – Ao estudante que faltar a qualquer das verificações de aprendizagem ou deixar de executar trabalho acadêmico, será facultado o direito à outra oportunidade se requerer à coordenação de curso, em até três dias úteis após o afastamento/falta, de maneira comprovada e justificada, a segunda chamada. Conforme previsto em dispositivos legais e normas internas superiores emanadas pela própria UFJF, os casos amparados são:

- a) problema de saúde capaz de inviabilizar a participação nas atividades avaliativas;
- b) obrigações com o serviço militar;
- c) exercício do voto (um dia anterior e um dia posterior à data da eleição se coincidentes com a realização da prova);
- d) convocação pelo Poder Judiciário ou pela Justiça Eleitoral;
- e) acompanhamento de dependentes para tratamento de saúde;
- f) falecimento de parente (cônjuge, pai, mãe e filho), desde que a avaliação se realize dentro do período da ocorrência.

4.4.2 - **Quanto à pontuação/conceito:** Em cada disciplina, as atividades on-line desenvolvidas no AVA contabilizarão 49 pontos. Já os 51 pontos restantes serão atribuídos a uma tarefa final, de caráter interdisciplinar. Essa tarefa, de caráter presencial, será realizada no 8º mês e no 14º mês do curso.

É necessário, para a aprovação, se alcançar o percentual de 70% do total de pontos distribuídos.

4.4.2.1 - A partir do artigo 27, da Resolução 45/2018, o rendimento escolar de cada aluno será expresso em notas ou conceitos de acordo com a seguinte escala:

- De 90 a 100 - A (Excelente)
- De 80 a 89 - B (Bom)
- De 70 a 79 - C (Regular)
- 69 ou menor – R (Reprovado)
- S/C (Sem conceito)<sup>4</sup>

4.4.3 - **Previsão de trabalhos discentes:** Como sugerido pelo artigo 9º, inciso II, da Resolução 45/2018 – CSPP, é oportuno salientar que os trabalhos discentes serão realizados junto às disciplinas, em conformidade ao item 4.4.2 deste documento.

Além das avaliações escritas ao final das disciplinas e do Trabalho de Conclusão de Curso, os discentes, em geral: i) consultarão base de dados; ii) participarão regular, ao longo de todas as disciplinas, em *chats* e enquetes e fóruns; iv) acessarão glossários; v) elaborarão diários; vi) realizarão pesquisas; vii) responderão e/ou aplicarão questionários; viii) realização tarefas outras on-line; ix) realizarão leituras indicadas pelos professores; x) conceberão resumos e resenhas críticas; xi) participarão de seminários; xii) vivência de metodologias ativas oferecidas ao longo das disciplinas; xii) outras atividades propostas pelos professores ao longo das disciplinas.

Importa considerar, como já manifesto no item 1.7, que os trabalhos, sobretudo aqueles ligados ao AVA serão inspirados pelos pressupostos da atuação colaborativa entre discentes e docente (Bacich; Moran, 2018) e pela possibilidade de realizar diagnósticos e proposições junto aos contextos e problemas vivenciados pelos participantes, dentro de uma lógica da metodologia de projetos (Brender, 2015).

Insta salientar que, ao longo do curso, ações visando a recuperação de alunos com dificuldades e/ou pendências poderão ser realizadas, como a oferta de atividades acadêmicas equivalentes às disciplinas em carga, seja em módulos, seja e/ou cursos extemporâneos, desde que respeitando as premissas da Resolução 45/2018, as boas práticas de gestão acadêmica e a carga horária total do curso, capazes, assim, de

---

<sup>4</sup> O conceito S/C (sem conceito) transformar-se-á em R (reprovado) caso os trabalhos não sejam completados e novo conceito ou nota não tenha sido atribuído até o encerramento da turma, salvaguardadas as situações previstas em lei, segundo atesta a própria Resolução 45/2018.

oportunizar um acompanhamento mais cuidadoso dos discentes, evitando, assim, a evasão.

Ademais, ao final de cada disciplina, será oferecida uma atividade substitutiva ao final da disciplina com, no máximo, 70 % de aproveitamento, a fim recuperar aproveitamento, buscando evitar a reprovação.

**4.4.4 - Tratamento Especial:** Serão merecedores de tratamento especial em regime domiciliar: i) a discente gestante, a partir do 8º mês de gestação e durante 4 meses, desde que comprovado por atestado médico competente; ii) o aluno com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas caracterizadas por: a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais para o prosseguimento da atividade escolar em regime domiciliar; b) ocorrência isolada ou esporádica.

#### **4.5 Trabalho de Conclusão de Curso**

A escrita e a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) serão obrigatórias e o não cumprimento ou não entrega dentro do limite máximo permitido implicará na reprovação por nota no componente curricular, acarretando com isso na reprovação no Curso de Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional.

Para a conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, o estudante deverá apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que consiste em um estudo teórico ou produto didático-pedagógico pertinente à área de conhecimento do curso. O TCC deverá ser realizado com acompanhamento de um orientador com a titulação mínima de mestre.

O TCC dialogará com os trabalhos desenvolvidos nas disciplinas oferecidas ao longo do curso de Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional, à livre escolha do estudante, devendo o discente correlacionar os conteúdos teóricos desta última à uma determinada situação problemática da realidade – preferencialmente fundamentada em seu ambiente de trabalho direto – de forma a oportunizar a realização de um estudo teoricamente balizado mas com elementos empíricos e almejando, sempre que possível, a produção de uma contribuição para a solução de um problema real.

O desenvolvimento do TCC terá início junto à disciplina de Seminário Temático I, quando espera-se que, ao seu final, o discente seja capaz de entregar um projeto que, posteriormente, será desenvolvido junto à disciplina de Seminário Temático II.

O TCC deverá ser avaliado pelo orientador do trabalho mais uma Banca de Avaliadores, sendo atribuída uma nota final de 0 (zero) a 100,0 (cem), contendo a soma dos pontos distribuídos na disciplina de Seminário Temático II, mais a nota decorrente da apreciação do trabalho entregue juntamente à apresentação.

A orientação do TCC será feita por um professor lotado no curso, designado previamente pela Coordenação de Curso.

Além da entrega no prazo estipulado pelo cronograma do curso, será obrigatória a apresentação do TCC pelo estudante, sendo transmitida via videoconferência para a banca.

## 5. Disciplinas e Matriz do Curso de Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional

### 5.1. Matriz do Curso

<b>MATRIZ CURRICULAR</b>								
<b>1º SEMESTRE/MÓDULO 1</b>			<b>2º SEMESTRE/ MÓDULO 2</b>			<b>3º SEMESTRE/ MÓDULO 3</b>		
<b>1º BIM.*</b>	<b>2º BIM.</b>	<b>3º BIM.</b>	<b>1º BIM.</b>	<b>2º BIM.</b>	<b>3º BIM.</b>	<b>1º BIM.</b>	<b>2º BIM.</b>	<b>3º BIM.</b>
Introdução à modalidade EaD	Planejamento público do turismo	Economia Regional e Turismo	Design de produtos e experiências turísticas	Consumo, Marketing e Turismo	Desenvolvimento Turístico: Perspectivas regional e local	Práticas Sustentáveis no Turismo	Seminário Temático I	Seminário Temático II
		Gestão Social e Políticas Públicas em Turismo	Sustentabilidade e participação em projetos turísticos	Turismo e Neurociências	Competitividade de Destinos e Regiões Turísticas	Educação e Turismo		
CH: 30 h	CH: 30 h	CH: 60 h	CH: 60 h	CH: 60 h	CH: 60 h	CH: 60 h	Ch: 60 horas	
<b>Carga horária do semestre: 120 horas</b>			<b>Carga horária do semestre: 180 horas</b>			<b>Carga horária do semestre: 120 horas</b>		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 420 horas</b>								

\*Bim. - Bimestre.

## 5.2. Disciplinas e Corpo Docente

**Coordenação:** Prof. Dr. Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

Disciplina	CH*	Nome do (a) Professor (a)	Titulação	Depto.	Unidade	Instituição
Introdução à modalidade EaD	30 h/a**	Olga Ennela Bastos	Mestrado	-	CEAD	UFJF
Planejamento público do turismo	30 h/a	Anne Bastos Martins Rosa	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Economia Regional e Turismo	30 h/a	Erica Priscila Machado	Doutorado	Turismo	DETUR	UFRN
Gestão Social e Políticas Públicas em Turismo	30 h/a	Guilherme Malta	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Design de produtos e experiências turísticas	30 h/a	Mariana Pereira Chaves Pimentel	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Sustentabilidade e participação em projetos turísticos	30 hs	Altair Sancho Pivoto dos Santos	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Comunicação, Marketing e Turismo	30h/a	Miriane Sigiliano Frossard	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Turismo e Neurociências	30 h/a	Carla Fraga	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Desenvolvimento Turístico: Perspectivas regional e local	30 h/a	Altair Sancho Pivoto dos Santos/ Carla Fraga	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Competitividade de Destinos e Regiões Turísticas	30 h/a	Mariana Pereira Chaves Pimentel	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF

Práticas Sustentáveis no Turismo	30 h/a	Luciana Bittencourt Villela	Mestrado	Turismo	ICH	UFJF
Educação e Turismo	30 h/a	Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Seminário Temático I	30 h/a	Marcelo Trezza Knop	Doutorado	Turismo	ICH	UFJF
Seminário Temático II	30h/a	Todos os professores				

\*CH - Carga Horária; h/a - hora/aula.

## 5.3. Corpo Docente – CV Lattes e Resumo

Corpo Docente Link CV Lattes	Resumo
Altair Sancho Pivoto <a href="http://lattes.cnpq.br/4036033146752734">http://lattes.cnpq.br/4036033146752734</a>	<p>Professor e Pesquisador do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador do Centro de Investigação em Turismo, Território e Desenvolvimento Socioambiental - CITURDES/UFJF. Pós-Doutor em Turismo pela EACH-USP. Doutor em Geografia (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS/UFRJ (2007) e Graduação em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2004). Atua como Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFJF e como professor na Especialização em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional (GPDTR) da UFJF. Pesquisador do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas - OPAP e do Grupo de Pesquisa Turismo: Neurociências e Computação registrado no CNPQ e certificado pela UFJF (2023 - atual). Tem experiência nas áreas de turismo, planejamento e ordenamento territorial, com ênfase nas interfaces com políticas públicas de turismo, projetos de desenvolvimento comunitário, uso público em áreas protegidas.</p>
Anne Bastos Martins Rosa <a href="http://lattes.cnpq.br/4652056604695406">http://lattes.cnpq.br/4652056604695406</a>	<p>Doutora em Administração, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2005), especialização em Ecoturismo: Interpretação e Planejamento de Atividades em Áreas Naturais pela Universidade Federal de Lavras (2007), especialização em Marketing pela Universidade Estácio de Sá (2001) e graduação em Turismo pela Faculdade de Turismo de Santos Dumont (2000). Atuou como professora e coordenadora de curso na Universidade Presidente Antônio Carlos (2001-2003) e na Faculdade Estácio de Sá (2003-2010). Atualmente é servidora pública, atuando no Departamento de Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, sob o regime de dedicação exclusiva, responsável por ministrar as disciplinas de Fundamentos do Planejamento Turístico, e Turismo e Ruralidades. Foi coordenadora do Curso de Turismo, na UFJF, entre 2019 e 2022. Atualmente é coordenadora acadêmica do Curso Interdisciplinar de Bacharelado em Ciências Humanas, na UFJF</p>
Carla Conceição Lana Fraga <a href="http://lattes.cnpq.br/2192512329006631">http://lattes.cnpq.br/2192512329006631</a>	<p>Doutora (D.Sc) em Ciências em Engenharia de Transportes pelo PET/COPPE/UFRJ (2011) e mestre (M.Sc) pelo mesmo Programa (2008). Possui MBA em Gestão e Empreendimentos (2005) e Graduação em Turismo (2004), ambos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Neurociência e Psicologia Aplicada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2021). Foi professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (2006-2021). Atualmente é professora do Departamento de Turismo da UFJF, ocupando o cargo de Associada nível II (2021 - atual). Atua como vice-coordenadora do</p>

	<p>Bacharelado em Turismo da UFJF (2022-2025); membro da Comissão de Extensão: CAEX-Turismo/UFJF (2022-2024), do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Bacharelado em Turismo (2022-atual), da Comissão de Trabalho de Comissão de Curso - CTCC (2022-2023). Atua como professora na Especialização em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional (GPDTR) da UFJF, notadamente nas disciplinas "Turismo e Neurociências" , "Metodologia Científica" e "Perspectivas locais e regionais do desenvolvimento turístico". Lidera o Grupo de Pesquisa Turismo: Neurociências e Computação registrado no CNPQ e certificado pela UFJF (2023 - atual). Co-responsável pelo Laboratório de Empreendimentos Turísticos na UFJF (desde 2022). Tutora do Grupo de Educação Tutorial (GET) Turismo (2023-2026). Membro da Rede de Pesquisa Geografia, Turismo e Literatura, ENTREMEIO. Membro da Academia Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo no Brasil, ABRATUR. Associada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, ANPTUR. Principais interesses de pesquisa: Teorias do Turismo, Transportes, Eventos, Planejamento, Gestão, Literatura e Neurociências. Conferencista no Brasil e no exterior. E-mail: carlota.fraga@ufjf.br</p>
<p>Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior  <a href="http://lattes.cnpq.br/83916560155778">http://lattes.cnpq.br/83916560155778</a>  74</p>	<p>Possui graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003), graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005), mestrado em Cultura &amp; Turismo - Parceria UESC/UFBA pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2008) e doutorado em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (2021). Atualmente é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Ações Educativas, patrimônio cultural, projetos de lazer e turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: Lazer, patrimônio, educação e turismo. Também leciona no Curso de Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional a distância da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua na coordenação de curso de graduação de Turismo da UFJF..</p>
<p>Guilherme Malta  <a href="http://lattes.cnpq.br/7723375211499046">http://lattes.cnpq.br/7723375211499046</a></p>	<p>Doutor em Geografia pelo IGC/UFMG, professor adjunto II do DEPTUR-UFJF e professor permanente do PPG Geografia-UFJF. Possui experiência na área do turismo, com ênfase em planejamento integrado do turismo e elaboração de projetos turísticos. Linhas de pesquisa: turismo, inovação, sustentabilidade, paisagem cultural e paisagem literária, desenvolvimento sócio-espacial e econômico, avaliação e monitoramento de políticas públicas de turismo.</p>
<p>Luciana Bittencourt Villela  <a href="http://lattes.cnpq.br/54606858536068">http://lattes.cnpq.br/54606858536068</a>  33</p>	<p>Luciana Bittencourt Villela é professora efetiva, vinculada ao Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Possui graduação em Turismo pela Fundação Educacional São José (2001) e mestrado em Ciência Ambiental, na linha de "Análise de Processos Ambientais" pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência em estudos na área de Sociedade e Ambiente, especialmente nos seguintes temas: conflito socioambiental, movimentos sociais, unidades de conservação, turismo de base comunitária, produção associada ao turismo. Atua em programas e projetos de extensão e atualmente é coordenadora de ações de extensão relacionadas a movimentos sociais</p>

	ligados à reforma agrária e desenvolvimento turístico em assentamentos rurais. Atualmente é professora departamento de turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Mariana Pereira Chaves Pimentel <a href="http://lattes.cnpq.br/6068546895140231">http://lattes.cnpq.br/6068546895140231</a>	Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora com período sanduíche na Universidad Autonoma de Sinaloa, México (Orientador: Arturo Santamaría Gómez). Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Graduação em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais com curso de verão na Université de Corse, França. Atualmente é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, atuando na graduação em Turismo e no mestrado em Administração. Coordena o grupo de pesquisa Observatório Econômico e Social do Turismo. Tem como principais interesses de pesquisa os estudos latino-americanos de política comparada; administração pública e governabilidade; sociologia da educação e turismo; governança em destinos turísticos; e administração de serviços..
Miriane Sigiliano Frossard <a href="http://lattes.cnpq.br/1455626695895191">http://lattes.cnpq.br/1455626695895191</a>	Doutora e mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013 e 2008) e graduada em Turismo pela Fundação Educacional São José (2001). É Professora Associada do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua desde 2002. Desenvolve pesquisas especialmente nas seguintes áreas: turismo, cultura, religião, consumo e neurociências. Mãe de dois filhos, nascidos em 2016 e em 2018
Olga Ennela Bastos <a href="http://lattes.cnpq.br/4640815409689462">http://lattes.cnpq.br/4640815409689462</a>	Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2012), Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1986), Licenciatura em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (1981) e Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1993). Professora aposentada de Geografia e Informática educativa - Secretaria Municipal de Educação, tutor a distância do curso de Pedagogia/UAB/FACED da Universidade Federal de Juiz de Fora, Coordenadora pedagógica de tutores a distância do curso de Administração e Ciências Contábeis (FACC), da Universidade Federal de Juiz de Fora, professora aposentada do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais. Atualmente coordenadora pedagógica, Professor Conteudista I, integrante da Equipe multidisciplinar do Centro de Educação a Distância (CEAD), da Universidade Federal de Juiz de Fora. Experiência em Educação em todas as áreas, com ênfase em Administração Escolar. Pesquisadora dos seguintes temas: Web Quest, ensino a distância e novas tecnologias, metodologias ativas e gamificação na educação a distância. Participação no grupo de pesquisa EDUCCO - Educação, Cultura e Comunicação, participação do PROJETO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO BRASIL MOÇAMBIQUE/CAPES, coordenado pela professora Dr Eliane Medeiros Borges.
Marcelo Trezza Knop	Possui Graduação em Administração pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, Especialização em Métodos Estatísticos Computacionais pelo Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrado em Administração, linha de pesquisa, Organizações,

<a href="http://lattes.cnpq.br/2366403648983860">http://lattes.cnpq.br/2366403648983860</a>	Mudança e Gestão Estratégica, pela Universidade Federal de Lavras e Doutorado em Ciências Sociais, linha de pesquisa, Políticas Públicas e Desigualdade Social, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua como professor efetivo do curso de graduação e especialização em Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. Interesses de pesquisa: turismo e tecnologias de informação e comunicação, pesquisa de marketing e análise quantitativa de dados, big data e métodos estatísticos computacionais, neurociências aplicada às ciências humanas e sociais
---	--

## 6. Ementas das disciplinas do curso

<b>Disciplina 1</b>	Introdução à modalidade EaD
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Pré-requisito:</b>	Não há.
<b>Ementa</b>	A disciplina apresenta os recursos da plataforma Moodle, de forma a capacitar o uso das diversas ferramentas para as atividades que serão desenvolvidas nas demais disciplinas do curso, visando, assim, familiarizar os alunos com o ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Cada unidade da disciplina explora um ou mais recursos do Moodle. Todo o processo de avaliação acontece no ambiente virtual de aprendizagem. Não há avaliação presencial, mas instruções sobre o Moodle são ofertadas.
<b>Conteúdo</b>	PROGRAMA: 1. Conhecendo o Moodle – criando perfil; 2. Construção da autonomia do aluno de EaD; 3. O plágio no ambiente acadêmico; 4. Interpretação de textos; 5. Construção de texto compartilhado/coletivo; 6. Conhecendo a ferramenta wiki – construção de texto coletivo; 7. Trabalho em grupo, explorando as possibilidades no Moodle; 8. Seminário Virtual – possibilidades do Moodle.
<b>Referências bibliográficas</b>	ERRAZ, Thaís. <b>Ensino a distância é opção para quem precisa de flexibilidade</b> . Disponível em: &lt; <a href="http://www.infoescola.com/noticias/ensino-a-distancia-e-opcao-para-quem-precisa-de-flexibilidade/">http://www.infoescola.com/noticias/ensino-a-distancia-e-opcao-para-quem-precisa-de-flexibilidade/</a> &gt;. Acesso em: 10 out. 2017. MORAN, José. <b>O que é educação à distância</b> . SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994. SABBATINI, Renato M. E. <b>Como estudar à distância</b> . Disponível em: &lt; <a href="http://www.ead.edumed.org.br/file.php/1/ComoEstudarDistancia.html">http://www.ead.edumed.org.br/file.php/1/ComoEstudarDistancia.html</a> &gt;. Acesso em: 10 out. 2017. SERAFINI, Alessandra Menezes dos Santos. A idealização e a realidade: o estudante autônomo em EaD. In: _____. <b>A idealização e a realidade: a autonomia do aluno em Educação à Distância</b> . Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: &lt; <a href="http://www.ufjf.br/ppge/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/teses/dissertacoes-2012/">http://www.ufjf.br/ppge/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/teses/dissertacoes-2012/</a> &gt;. Acesso em: 10 out. 2017.

	<p>SILVA, Obdália Santana Ferraz. <b>Entre o plágio e a autoria:</b> qual o papel da universidade? Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 38 maio/ago. 2008.</p> <p>UFJF, Cead. <b>Módulo de acolhimento</b> – Material de apoio (Apostila impressa). Juiz de Fora: UFJF, 2011.</p> <p>_____. <b>Módulo de Acolhimento</b> – Material de apoio (CD ROM). Juiz de Fora: UFJF, 2011.</p>
--	---

<b>Disciplina 2</b>	Planejamento público do turismo
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	<p>Introdução ao fenômeno turísticos: evolução, conceituação, caracterização sistêmica e impactos. Marcos importantes na implementação da atividade de planejamento no Brasil. Debates críticos sobre o planejamento tradicional. Política pública de turismo e o estabelecimento do planejamento. A descentralização do poder público e a conseqüente orientação para a construção e sistematização de um planejamento público participativo: histórico, evolução e a experiência nacional. As metodologias e as etapas empregadas na elaboração do planejamento público nacional: uma investigação a respeito dos planos nacionais do Ministério do Turismo, a partir de 2003. As contribuições teóricas e ferramentais do desenvolvimento endógeno para a consecução do planejamento público do turismo.</p>
<b>Conteúdo</b>	<p>PROGRAMA DA DISCIPLINA:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução ao fenômeno turístico e sua caracterização;</li> <li>2. Marcos importantes na implementação da atividade de planejamento no Brasil;</li> <li>3. A institucionalização do Plano Plurianual (PPA) pela Constituição Federal de 1988;</li> <li>4. O estabelecimento do planejamento público do turismo no âmbito das políticas públicas: descentralização do poder público e planejamento público participativo;</li> <li>5. Metodologias e etapas do planejamento público nacional;</li> <li>6. Planos Nacionais de Turismo – 2003 a 2022;</li> <li>7. O planejamento como ferramenta de democratização da gestão pública do turismo.</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p><b>Básica:</b>          BARRETTO, Margarita. Planejamento e organização em turismo. Campinas: Papirus, 1996.          BENI, Mário Carlos. Desenvolvimento endógeno, mobilização social, participação comunitária e empreendedorismo no</p>

processo de ordenação do turismo. In: Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Planos Nacionais: 2003-2007, 2007-2010, 2013-2016, 2018-2022 Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/32-planos-nacionais.html>.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

**Complementar:**

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.

DAGNINO, Renato. Planejamento estratégico governamental. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

HALL, Colin Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

MATUS, Carlos. Política, planejamento e governo. Brasília: Editora Ipea, 1993.

MOLINA, Sérgio; RODRÍGUEZ, Sérgio. Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina. Bauru: EDUSC, 2001.

PAULO, Luis Fernando Arantes. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. Revista do Serviço Público. Brasília 61 (2): 171-187, abr/jun. 2010.

PETROCCHI, Mario. Gestão de pólos turísticos. São Paulo: Futura, 2001.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 2001. RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo. Planejamento Turístico. São Paulo: Manole, 2006.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Planejamento turístico: conceitos básicos. In: ANSARAH, Marília Gomes

Reis. Turismo: como aprender, como ensinar, 2. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2001.

SERAFIM, M., BENINI, E. e BENINI, A. Concepções e formas de planejamento público: confrontando o Balanced Scorecard e o planejamento estratégico situacional. In: Benini, E. et al.

(Org.). Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. 1. Ed. São

Paulo: Outras Expressões, 2012, v.2, p. 259-291

<b>Disciplina 3</b>	Economia Regional e Turismo
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.

<b>Ementa</b>	Teorias do Desenvolvimento. Crescimento e desenvolvimento. Concepções ortodoxas e heterodoxas. Indicadores de desenvolvimento. Novo desenvolvimentismo e subdesenvolvimento no século XX.
<b>Conteúdo</b>	<p>PROGRAMA:</p> <p><b>1. Fundamentos teóricos e empíricos</b></p> <p>1.1. Crescimento versus Desenvolvimento</p> <p>1.2. Modernização, Industrialização, Colonização e Imperialismo</p> <p>1.2. Intersecção entre geografia e economia e política</p> <p><b>2. Teorias clássicas e neoclássicas do desenvolvimento</b></p> <p>2.1. Espaço e região</p> <p>2.2. Modelos clássicos de localização e economia regional de Von Thünen, Lösch, Christaller, Weber e Isard, Schumpeter, etc.)</p> <p>Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento</p> <p><b>3. Modelos contemporâneos de desenvolvimento</b></p> <p>3.1 Economias de aglomeração, teoria de pólos de desenvolvimento regional, teoria do desenvolvimento endógeno e sistema de inovação (polos, clusters e arranjos produtivos locais - APL).</p> <p>3.2 Desenvolvimento econômico ao sustentável</p> <p>3.3 A teoria do desenvolvimento geográfico desigual</p> <p><b>4. Planejamento Regional</b></p> <p>4.1 Conceitos de Planejamento regional, sua aplicação no Brasil e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional</p> <p>4.2 Desigualdades regionais e a “Nova Geografia Econômica” (teorias centro-periferia, migração de trabalho e de capital);</p> <p>4.3 Regionalização, integração regional, blocos econômicos e globalização</p> <p><b>5. Questões Contemporâneas</b></p> <p>5.1 Proximidade geográfica, institucional e governança</p> <p>5.2 Multiplicidade de atores e de demandas. Restrição de recursos e de capacidade de ação do estado</p>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In : ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, <b>Ricardo –Razões e ficções do desenvolvimento</b>–UNESP/EDUSP –2001.</p> <p>ANDRADE, Manuel Correia de. <b>Espaço, polarização e desenvolvimento</b>: uma introdução à economia regional. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>BANDEIRA, P. <b>Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional</b>. Texto para discussão. Brasília, IPEA, nº. 630, 1999, 1-89.</p> <p>BENKO, G. <b>Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI</b>. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.</p>

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2 (102), abr-jun.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a03v26n2.pdf3>
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição: porque alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus. 2009. CORREA, S. M. S. (org.) **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.336p.
- CAMPOLINA, Clélio. A nova geografia econômica do Brasil. In. Velloso, J.P.R. Brasil, **500 anos: futuro, presente, passado**. Ed. Jose Olímpio, 2000.
- CANO, C. **Ensaio Sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: estratégia dedesenvolvimento em perspectiva**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; NELSON, Richard. R. e STIGLITZ, Joseph. Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial: uma nota introdutória. **Revista Brasileira de Inovação**. Rio de Janeiro (RJ), 6(1), p.55-85, janeiro/junho, 2007. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/24061/instituicoes-e-politicas-moldando-o-desenvolvimento-industrial-uma-nota-introdutoria>
- DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?**. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2010.
- DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Belo Horizonte: **Revista Nova Economia**. vol. 19 nº 2, May/Sept. 2009. (artigo eletrônico).
- FAURÉ, Yves-A.; HASENCLEVER, Lia. **Caleidoscópio do Desenvolvimento local no Brasil**. Rio de Janeiro: editora e-papers, 2007. –
- FIGUEIREDO, L. As novas teorias do crescimento econômico – contribuições para a política regional. In: **Economia regional e Urbana: Contribuições teóricas recentes**. DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org). Belo Horizonte, UFMG, 2006.
- FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento**. São Paulo: Boi Tempo, 2014.
- FRIEDMANN, J.; ALONSO, W. **Regional development and planning**. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press, 1964.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Contraponto, 2009.
- LOPES, S. A. **Desenvolvimento Regional: problemática, Teoria, Modelos**. 2ªed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1965.
- NORTH, D. C. **Desempeño económico en el transcurso de los años**. Estocolmo: [s.n.], 1993. Disponível em:

<http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, p. 291-314, 1977.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

PRADO JUNIOR, Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PUTNAM, R.S. Comunidade e Democracia: a experiênciada Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996, 260p.

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 5ª ed. 1974.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2013. - CARLOS, A.F.A.;

SCHUMPETER, J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas).1982.

SEN, Amartya. Desenvolvimento com liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. - ABREU, M.A. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora do Instituto Pereira Passos, 2013. –

WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. (Orgs.) **Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. 215p.

<b>Disciplina 4</b>	Gestão Social e Políticas Públicas em Turismo
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	Esta disciplina visa lançar luzes para a compreensão dos processos básicos relacionados à ação política, de decisão e gestão de assuntos comuns a toda a sociedade, enfocando o turismo como uma área, dentre várias, objeto de políticas públicas, cujo mote central está relacionado com a expansão e intensificação quanti e qualitativa da atividade como meio de intervenção do Estado para se alcançar benefícios amplos a toda a sociedade. Em seguida, serão abordadas temáticas envolvendo aspectos teóricos, metodológicos e aplicações no campo da Gestão Pública e Social em Turismo, aqui visualizada a partir do caso brasileiro.
<b>Conteúdo</b>	PROGRAMA: 1. Estado e Políticas Públicas: conceitos fundamentais;

	<ol style="list-style-type: none"> <li>2. A constituição da esfera pública no turismo no cenário brasileiro;</li> <li>3. Políticas Públicas do Turismo no Brasil nos séculos XX e XXI – pré e pós Ministério do Turismo;</li> <li>4. Políticas públicas de Turismo em Minas Gerais;</li> <li>5. Processos de implementação e avaliação das políticas públicas de turismo no Brasil;</li> <li>6. Gestão social e aplicabilidade no contexto turístico nacional</li> <li>7. Estudos de caso: recortes a partir da realidade brasileira</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>BRASIL. Ministério do Turismo. Portal Brasileiro do Turismo. Disponível em:  <a href="http://www.turismo.gov.br">http://www.turismo.gov.br</a>.</p> <p>CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F.G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cadernos Ebape. br. 2011.</p> <p>MALTA, G. A. P.; BRAGA, S.S.; MORAIS, R. S. Panorama sobre las políticas públicas de Turismo en Brasil. Siglos XX y XXI. In: WALLINGRE, N. (Comp.) (2018). Desarrollo del turismo en América Latina : fases, enfoques e internacionalización. Bernal, Argentina : Universidad Nacional de Quilmes, Formúlarío (1597486) SEI 23071.949215/2023-97 / pg. 25  Unidad de Publicaciones del Departamento de Economía y Administración. Disponible en RIDAA-UNQ  Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes  <a href="http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/1022">http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/1022</a></p> <p>PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONNI, E. L. (Org.). Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. 1ed.Caxias do Sul: EDUCS, 2014.</p> <p>PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T.D. . Avaliação Política da Política de Estado de Turismo de Minas Gerais. REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO, v. XIII, p. 131-157-157, 2019.</p> <p>PINHO, A. Evolução do Estado Moderno. Cadernos FLEM Gestão Pública. (A gestão pública: desafios e perspectivas). Salvador: FLEM, 1ª ed., julho de 2001 (pp. 23-37).</p> <p>TELES, Reinaldo Miranda de Sá; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; OLIVEIRA, Fabiana de. Turismo e política externa brasileira: de Vargas a Dilma. Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 20. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. Disponível em:  <a href="http://media.wix.com/ugd/6e2800_00c1d404a5644615a4d3d0f5692ef569.pdf">http://media.wix.com/ugd/6e2800_00c1d404a5644615a4d3d0f5692ef569.pdf</a></p>

<b>Disciplina 5</b>	<b>DESIGN DE PRODUTOS E EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS</b>
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	A economia da experiência é um tema relativamente novo para as ciências de gestão. As experiências representam uma forma já existente de resultado econômico, porém não são devidamente desenhadas e organizadas para tal. A disciplina procura discutir os processos de análise, desenho, prestação e percepção de produtos e experiências turísticas visando aos melhores resultados dos destinos e o desenvolvimento regional.
<b>Programa da disciplina</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os serviços na economia</li> <li>2. Economia da experiência</li> <li>3. O produto/serviço turístico</li> <li>4. Design de produtos e experiências turísticas: modelos</li> <li>5. A prestação do serviço</li> <li>6. A percepção do serviço</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>Fitzsimmons, Mona J.; Fitzsimmons, James A. Administração de Serviços: Operações, Estratégia e Tecnologia da Informação - Fitzsimmons ; Edição: 7 ; Ano: 2014</p> <p>Freire, K. (2009). Reflexões sobre o conceito de design de experiências. Strategic Design Research Journal, 2(1), 37-44.</p> <p>SENATUR (Chile). Manual Paso a Paso para el Diseño de Productos Turísticos integrados. Página 43 a 99.</p> <p>Tartas, D., Merino, E. A. D., Merino, G. S. A. D., &amp; Forcellini, F. A. (2016). Uma análise bibliográfica e histórica entre serviços e design de serviços. DAPesquisa, 11(17), 033-046.</p> <p>Pine, B. Joseph, and James H. Gilmore. Welcome to the experience economy. Vol. 76. No. 4. Cambridge, MA, USA: Harvard Business Review Press, 1998.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>Resende Junior, P. C., &amp; Guimarães, T. D. A. (2012). Inovação em serviços: o estado da arte e uma proposta de agenda de pesquisa. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 14, 293-313.</p> <p>Soares, M. M., Constantino, R. H., &amp; de Souza Guimarães, V. H. (2022). Fatores críticos de sucesso em inovação de serviços por meio do Design Thinking. Gestão e Projetos: GeP, 13(2), 66-88.</p> <p>SESSA, Alberto "Producción turística y productos turísticos " en Contribuciones a la Economía, octubre 2004. Texto completo en <a href="http://www.eumed.net/ce/">http://www.eumed.net/ce/</a></p> <p>Beni, M. C. (2004). Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. Turismo: visão e ação, 6(3), 295-295.</p> <p>Swisscontact. Manual para la planificación de productos turísticos. Destinos del Perú, iniciativa apoyada por la Cooperación Suiza – SECO</p>

	<p>en convenio con Mincetur y PromPerú y ejecutada por Swisscontact, 2014.</p> <p>Mireia Mena. Creación de producto turístico en territorio corchero. Red Europea de Territorios Cocheros.</p> <p>Vasconcellos, L. H. R., &amp; Marx, R. (2011). Como ocorrem as inovações em serviços? Um estudo exploratório de empresas no Brasil. <i>Gestão &amp; Produção</i>, 18, 443-460.</p> <p>Pezzi, E., &amp; Vianna, S. L. G. (2015). A Experiência Turística e o Turismo de Experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. <i>Revista Turismo em Análise</i>, 26(1), 165-187.</p> <p>Patrimonia Consultores. GUÍA METODOLÓGICA PARA PROYECTOS Y PRODUCTOS DE TURISMO CULTURAL SUSTENTABLE. Gobierno de Chile, 2014.</p> <p>Rutas Pangea y Fundación de los Ferrocarriles Españoles (FFE) Gerencia de Vías Verdes y Medio Ambiente. METODOLOGÍA ESPECÍFICA PARA LA CREACIÓN DE PRODUCTO TURÍSTICO EN TORNO A VÍAS VERDES. Programa Marco de Competitividad e Innovación de la Unión Europea.</p> <p>Gómez Ceballos, Glicería Procedimiento metodológico de diseño de productos turísticos para facilitar nuevos emprendimientos RETOS. <i>Revista de Ciencias de la Administración y Economía</i>, vol. 4, núm. 8, juliodiciembre, 2014, pp. 157-171.</p> <p>Salinas Chávez, Eros; Medina Pérez, Norman Los productos turísticos, pilares de la comercialización: Dos ejemplos del centro histórico de la Habana, Cuba <i>Estudios y Perspectivas en Turismo</i>, vol. 18, núm. 2, abril, 2009, pp. 227-242.</p> <p>Saravia Vargas, Danilo; Jaramillo Iulita, Gabriela. Análisis del Diseño de Productos como factor influyente en el Desarrollo Socioeconómico del Ecuador. Trabajo de Graduación. Universidad del Azuay, Ecuador.</p>
--	--

<b>Disciplina 6</b>	Sustentabilidade e participação em projetos turísticos
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.

<b>Ementa</b>	<p>A disciplina irá tratar da relação entre Desenvolvimento Sustentável e Turismo, a partir de um olhar crítico sobre as origens do discurso da sustentabilidade, aspectos conceituais, aproximações com o setor do turismo e os desafios à concepção de propostas de desenvolvimento mais responsáveis, equitativas e inclusivas. A disciplina ainda debaterá a agenda 21 e sua centralidade à concretização da participação social nas agendas municipais de meio ambiente e turismo. Serão abordadas também as implicações e transformações socioespaciais vinculadas ao desenvolvimento do turismo e o papel dos agentes públicos, privados e da sociedade civil no processo de organização do espaço turístico sob o prisma da sustentabilidade. Será abordado o papel da Economia Solidária como perspectiva ao desenvolvimento sustentável do Turismo. Por fim, pretende-se conceder atenção à temática dos projetos turísticos, em termos de definições, relevância e elementos constituintes, bem como apresentar um roteiro prático para a elaboração de projetos turísticos em bases sustentáveis.</p>
<b>Conteúdo</b>	<p><b>PROGRAMA:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento Sustentável e Turismo: histórico, conceitos, aproximações e desafios à concepção de propostas de desenvolvimento mais responsáveis, participativas e inclusivas.</li> <li>2. A agenda 21 e a centralidade da participação social nas agendas ambiental e turística.</li> <li>3. O fenômeno turístico como indutor e produtor de transformações e incidências socioespaciais em diferentes escalas geográficas e os desafios à adoção dos pressupostos de sustentabilidade.</li> <li>4. O papel dos agentes públicos, privados e da sociedade civil no processo de organização do espaço turístico sobre o prisma da sustentabilidade.</li> <li>5. Economia Solidária como perspectiva para o desenvolvimento turístico sustentável;</li> <li>6. Projeto Turístico: concepção, origem, importância, ciclo de vida e principais elementos constituintes.</li> <li>7. Roteiro de elaboração de projetos turísticos em bases sustentáveis..</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>ÁVILA, Célia M. Gestão de Projetos Sociais. 3ª Ed. São Paulo: AAPCS (Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária), 2001.</p> <p>BENINI, Sandra. Agenda 21 local: Estudo de caso da Estância Turística de Tupã-SP. Braz. J. of. Develop., Curitiba, v. 6, n. 7, p. 48603-48622 jul. 2020. DOI:10.34117/bjdv6n7-490</p> <p>BISSOLI, Maria Ângela. Projetos Turísticos. IN: ANSARAH, M. G. Turismo: Como Aprender, Como Ensinar - Volume 2. 4ª Ed. São Paulo: SENAC EDITORA, 2001.</p> <p>CARVALHO, Marly Monteiro; RABECHINI JR., Roque. Fundamentos em Gestão de Projetos. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>

CONTI, Bruna Ranção; ANTUNES, DIOGO DE CARVALHO. Turismo e economia solidária: uma aproximação relutante. Rosa dos Ventos, v. 12, n. 1, p. 106-128, 2020.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Geografias do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DAMAS, M. T. Turismo Sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur), 13(2), 2020.

<https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.9578>

DE OLIVEIRA, Thais Cristina Souza; ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço dedesenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 14, n. 32, 2018.

DUFFY, Mary. Gestão de Projetos: arregimente os recursos, estabeleça prazos, monitore o orçamento, gere relatórios. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2006.

HANAI, Frederico. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil.

HOLANDA, Nilson. Planejamento e Projetos: uma introdução às técnicas de planejamento e elaboração de projetos. Rio de Janeiro: APEC, 1975.

JUNIOR, Euler & SUGUIMOTO, Flavia. A Natureza do Ecoturismo. IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho, 2006.

KUNZ, J. G . O turismo como indutor de desenvolvimento: revisitando as dimensões ambiental, econômica e sociocultural . Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 5, n.1, p. 144-163, abril de 2012.

LEAL, Kamila Soares; DE SÁ RODRIGUES, Marilsa. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. Humanidades & Inovação, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

MANCE, Euclides André. A revolução das redes de colaboração solidária. Artigo apresentado no Encontro Internacional de Economias Salesianas, Sevilha, 2005.

MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária. Curitiba: Ufil, 2002.

MARTINS, Washington Franco; WOILER, Sansão. Projetos: Planejamento, Elaboração e Análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 296 p.

MENEZES, Luís, César M. Gestão de Projetos. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINASI, S. M. A perspectiva territorial no planejamento e gestão do turismo. Ágora, 19(1), 171-182. 2017.

MORAES, E. A. de. Turismo como estratégia de desenvolvimento na Economia Solidária: Provocando um debate. In: Édi Benini; Ana Lúcia Sales; Henrique Novaes; Mariana Silva. (Org.). Gestão Pública e Sociedade: balanços e resumos dos trabalhos da 3ª edição do curso de especialização. 1ed.São Paulo: Outras Expressões/Cromosete, 2013, v. 3, p. 68-69.

	<p>PELEGRINI, Djalma Ferreira; SHIKI, Simone de Faria Narciso; SHIKI, Shigeo. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, v. 12, n. 19, p. 70-85, 2015.</p> <p>PORTUGUEZ, Anderson &amp; TRIGO, Luiz Gonzaga (organizadores). Sustentabilidade e turismo em comunidades. Ituiutaba: Barlavento, 2021, p.272</p> <p>RAMIRO, R. Economia Solidária e Turismo: uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na Região Nordeste do Brasil. Brasília: Instituto Ambiental Brasil Sustentável, 2009. Roberto Marinho Alves da Silva e Ronalda Barreto Silva. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA. Sociedade e Território, v. 34, n. 1, p. 52-70, 2022.</p> <p>SANCHO-PIVOTO, A.; ALVES, A.F.; DIAS, V.N. Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do parque estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 14 (2), p. 46-63, maio/ago, 2020. <a href="http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1751">http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1751</a></p> <p>SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos avançados, v. 18, p. 7-22, 2004.</p> <p>SOTRATTI, M. A. O turismo como estratégia de desenvolvimento socioespacial: conexões e desconexões de áreas turísticas com as dinâmicas socioespaciais das cidades. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.39-s.51, nov. 2014.</p> <p>TELES, Reinaldo Miranda de Sá. Fundamentos geográficos do turismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p> <p>VALERIANO, Dalton L. Gerência em Projetos: pesquisa, desenvolvimento e engenharia. São Paulo: MAKRON BOOKS, 1998.</p> <p>WOILER, Simão &amp; MATHIAS, Washington F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 1996.</p>
--	---

<b>Disciplina 7</b>	Consumo, Marketing e Turismo
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	<p>Esta disciplina tem por objetivo contribuir para o entendimento do que atualmente nominamos como cultura de consumo, partindo de seus primeiros sinais na sociedade ocidental até os dias contemporâneos. Em um universo de hiper estetização da vida, com o emprego de sonhos imagens e prazeres na sociedade, bem como entendendo que os indivíduos se tornaram mercadorias, pretende-se apresentar o consumo simbólico como um marcador social, que atribui muros e pontes entre as tribos. De maneira objetiva, pretende-se discutir o efeito das tecnologias da informação, do conceito de sustentabilidade e sua forma de se inserir na hipermodernidade através do consumo colaborativo/compartilhado. Por fim, utilizando dos conhecimentos</p>

	das neurociências do comportamento, pretende-se abordar temas como storytelling (narrativas), gamificação, inteligência artificial e place branding (marketing de destinos).
<b>Conteúdo</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Do consumo conspícuo à comodificação das pessoas;</li> <li>2. O consumo simbólico como marcador social em um contexto da hiperestetização da vida;</li> <li>3. Tecnologias da Informação, sustentabilidade e consumo colaborativo/compartilhado;</li> <li>4. Consumo sob a ótica das neurociências;</li> <li>5. Storytelling: o poder de contar histórias no turismo;</li> <li>6. Gamificação, experiência do usuário e inteligência artificial no turismo;</li> <li>7. Marketing de destinos.</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>ALVES, N., COSTA, J., &amp; SALAZAR, A. O planejamento da identidade da marca de destinos turísticos: aplicação do modelo de Aaker à marca Madeira Planning the brand identity of tourist destinations: application of the Aaker model to the Madeira island brand. <i>Tourism &amp; Management Studies</i> Número,9(2), 2013, 65–69.</p> <p>BARRIENTOS-BAÉZ, A.; CALDEVILLA-DOMÍNGUEZ, D.; PARRA-LOPÉZ, E. Posibilidades Transmedia y Neuromarketing para la explotación turística 3.0. <i>Revista Turismo &amp; Desenvolvimento</i>,v. 37, p. 151-163, 22 out. 2021.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Sociedade de Consumidores. In: _____. <i>Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 70-106.</p> <p>FEATHERSTONE, Mike. Teorias da Cultura de Consumo. In: _____. <i>Cultura de consumo e pósmodernismo</i>. São Paulo: Studio Nobel, 1995. p.31-50.</p> <p>FORLIZZI J., BATTARBEE, K. Understanding experience in interactive systems. In: <i>Proceedings of the 2004 conference on designing interactive systems processes, practices, methods, and techniques—DIS '04</i>. ACM Press, Cambridge, MA, USA, 2004, p 261.</p> <p>GONÇALVES, J. C. P. Histórias de cultura. O poder do Storytelling em destinos de Turismo Cultural. <i>Cadernos de Geografia</i>, 37, 2018, p. 113-120.</p> <p>MCCRACKEN, Grant. Cultura e Consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. <i>RAE-Clássicos</i>, São Paulo, vol. 47, nº 1, , jan./fev., 2007, p. 99-115.</p> <p>MURICY, Ivana. O Éden terrestre: o consumo da cidade como mito. <i>Bahia Análises e Dados</i>, 11(2), 2001, p. 180-193</p> <p>TASCHNER, Gisela. Lazer, cultura e consumo. <i>RAE – Revista de Administração de Empresas</i>, São Paulo, vol. 40, nº 4, , out./dez., 2000, p. 38 – 47.</p>

	<p>VERDUGO, K. V. F. ; FROSSARD, M. S. ; ALMEIDA, L. G. B. . Gamificação e turismo: uma proposta de inovação e cocriação de experiências em destinos turísticos a partir de um videogame. Diálogo - Revista ESPM de Comunicação Corporativa , v. 7, 2022, p. 28-45.</p>
--	---

<b>Disciplina 8</b>	Turismo e Neurociências
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	<p>A disciplina apresenta análise crítica e interdisciplinar sobre a interface entre Turismo e Neurociências, enfocando aspectos específicos sobre Ética, Bioética e Neuroética. Aprofunda sobre atenção, memória e emoção no contexto das experiências turísticas. Abarca os debates sobre inteligência e criatividade, bem como a cocriação. Discute escolhas e processos de tomada de decisão, notadamente no contexto das experiências turísticas e do planejamento e gestão de destinos turísticos. Apresenta métodos neurocientíficos aplicados à construção do conhecimento sobre Turismo. Evidencia desafios e oportunidades sobre planejamento e gestão do turismo a partir de noções sobre Neurociências.</p>
<b>Conteúdo</b>	<p><b>PROGRAMA:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Turismo e Neurociências: debate crítico e visão interdisciplinar</li> <li>2. Ética, Bioética, Neuroética</li> <li>3. Experiências turísticas: atenção, emoção e memória</li> <li>4. Inteligência e criatividade</li> <li>5. Escolhas e processos de tomada de decisão</li> <li>6. Métodos neurocientíficos aplicados à construção do conhecimento sobre Turismo</li> <li>7. Desafios e oportunidades sobre planejamento e gestão do Turismo a partir de noções sobre Neurociências</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>ALLIS, T.; FOIS-BRAGA, H.; MORATORI, P.; FRAGA, C.C.L. Turismo, Literatura e Tecnologias em Movimento. Caderno Virtual de Turismo, v. 20, n. 2, 2020 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil DOI: <a href="https://doi.org/10.18472/cvt.20n2.2020.1849">https://doi.org/10.18472/cvt.20n2.2020.1849</a></p> <p>ARAÚJO, C., KASTENHOLZ, E., &amp; SANTOS, I. A relevância do neuromarketing no turismo: revisão da literatura. Revista Turismo &amp; Desenvolvimento, n.1, v.27/28, 2017, pp. 745-759. <a href="https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8781">https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8781</a></p> <p>BRANCO, M.F.F.B. As tecnologias da neurociência aplicadas ao Turismo: Estudo de caso da análise da eficácia da promoção turística, através do uso do método de eletroencefalografia. Tese. Escola</p>

Superior de Turismo e Tecnologia do Mar. Politécnico de Leria. Portugal, 2020. Disponível em <  
<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/5380/1/Tese%20final%20%281%29.pdf>>

BUSSLER, N. et al. A Neurociência em Estudos Organizacionais. IX Encontro de Estudo em Estratégias da ANPAD, 2020. Disponível em <  
[http://www.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=Mjc3MjU=>](http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=Mjc3MjU=>)

COHEN, E. D., LIMA, G. G., & SCHULZ, P. A. B. (2017). 5. Neuromarketing: uma nova disciplina acadêmica?. Marketing & Tourism Review, v.2 n.2, 2017. <https://doi.org/10.29149/mtr.v2i2.4560>

COMITÊ DE ÉTICA UFJF. Comitê de Ética em Pesquisa Humana UFJF. Disponível em <  
<https://www2.ufjf.br/comitedeetica/>>

CORRÊA, C.M.C. Fatores que participam na tomada de decisão em humanos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Neurociências e Comportamento. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em <  
[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47135/tde-16042012-163915/publico/correa\\_me.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47135/tde-16042012-163915/publico/correa_me.pdf)>

MIRANDA, M.J. A inteligência humana: Contornos da Pesquisa. Pandéia, v.12, n.32, 2002, pp. 19-29.

PAES, T.A.A.; LADEIRA, R.; LAROCCA, M.T.G. Destinos turísticos e a sua relação com o processo de cocriação de valor e o marketing de experiência: Uma visão bibliográfica. Caderno Virtual de Turismo, v.20, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.18472/cvt.20n1.2020.1757>

PAIVA, F.S. O processo de decisão sob a perspectiva da economia comportamental e da neurociência.

Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2013.

Disponível em < <http://hdl.handle.net/10400.21/2421>>.

PLATAFORMA BRASIL. Disponível em <  
<http://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default>>

PEDRO, R. M. M. Sentidos das emoções e das memórias na experiência turística: uma revisão. Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, v.13 n.2, 2021. pp. 538-563, DOI:

<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i2p538>

SANTOS, M.F.; GONÇALVES, C.A.; MONTEIRO, P.R.R, GONÇALVES FILHO, C. Refletindo sobre

	<p>Ética na prática do Neurokmarketing: A Neuroética. Revista Brasileira de Marketing, 2014, v.3, n.3. 10.5585/remark.v13i3.2689</p> <p>SIMÕES, E.M.S.; NOGARO, A. Ética, Neuroética e Práticas de Ensino. Revista Bioética, v.2, n.22, 2019. <a href="https://doi.org/10.1590/1983-80422019272309">https://doi.org/10.1590/1983-80422019272309</a></p> <p>XIMENDES, E. As bases neurocientíficas da criatividade. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Belas Artes. Universidade de Lisboa, 2010. Disponível em <a href="http://hdl.handle.net/10451/7285">http://hdl.handle.net/10451/7285</a></p>
--	---

<b>Disciplina 9</b>	Competitividade de Destinos e Regiões Turísticas
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	<p>Conceitos de competitividade. Competição x Competitividade. Dimensões e Variáveis da competitividade. Mensuração da competitividade. Rankings de competitividade no turismo. Construção de indicadores de competitividade de destinos e regiões turísticas. Construção de projetos de incremento de competitividade setorial.</p>
<b>Conteúdo</b>	<p>PROGRAMA:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conceitos de competitividade.</li> <li>2. Competição x Competitividade.</li> <li>3. Dimensões e Variáveis da competitividade.</li> <li>4. Mensuração da competitividade.</li> <li>5. Rankings de competitividade no turismo.</li> <li>6. Construção de indicadores de competitividade de destinos e regiões turísticas.</li> <li>7. Construção de projetos de incremento de competitividade setorial.</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>Porter, Michael. <b>Competição: estratégias competitivas essenciais</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999 (3ª edição).</p> <p>Farina, Elizabeth; Azevedo, Paulo; Saes, Maria Sylvania. <b>Competitividade: mercado, estado e organizações</b>. São Paulo: Editora Singular, 2022.</p> <p>Barbosa, M. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – <b>Relatório Brasil 2008</b>. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.</p> <p>Barbosa, M. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – <b>Relatório Brasil 2015</b>. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2015.</p> <p>Coelho, Mariana de Freitas. O que Atrai o Turista? Gestão da Competitividade de Destinos a Partir de Atrações e da Atratividade Turística. <b>Revista Rosa dos Ventos</b>, 7(4), pp. 489-505, out-dez, 2015.</p>

	<p>Pires Vieira, Daniel; Emil Hoffmann, Valmir. Competitividade e desenvolvimento: um estudo em destinos indutores do turismo brasileiro. <b>Revista Alcance</b>, vol. 20, núm. 3, jul-set, 2013, pp. 400-416</p> <p>Ruiz, Thays Cristina Domareski; Akel, Gisah Moreira; Gândara, José Manoel Gonçalves. Estudos de Competitividade Turística – Comparativo do Modelo de Dwyer e Kim e do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Brasil. <b>Turismo &amp; Sociedade</b>. Curitiba, v. 8, n. 1, p. 15-37, janeiro-abril de 2015.</p> <p>Sette, Isabela; Santos, Glauber; Uvinha, Ricardo. <b>Modelos de competitividade de destinos turísticos: evolução e críticas</b>. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica Vol. XI, nº 1, 2017.</p> <p>Sette, Isabela; Tomazzoni, Edegar. Os desafios, as limitações e as perspectivas do modelo do índice de competitividade turística no contexto da política nacional brasileira. <b>Turismo - Visão e Ação</b>, vol. 19, núm. 2, pp. 292-318, 2017.</p>
--	---

<b>Disciplina 10</b>	Desenvolvimento Turístico: Perspectivas regional e local
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	Apresentar as categorias de desenvolvimento local e regional, a partir de diferentes abordagens teóricas e dos múltiplos aspectos associados à noção de desenvolvimento, bem como suas implicações no território. Analisar o turismo, enquanto estratégia de desenvolvimento, a partir de diferentes perspectivas teóricas e práticas baseadas no contexto brasileiro, especialmente.
<b>Conteúdo</b>	<p>PROGRAMA:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento regional e local;</li> <li>2. Introdução à noção de desenvolvimento;</li> <li>3. Diferentes abordagens teóricas sobre desenvolvimento;</li> <li>4. Aspectos multidimensionais do desenvolvimento;</li> <li>5. Propostas alternativas à noção desenvolvimento;</li> <li>6. Lugar, localidade, região e território;</li> <li>7. Turismo e Desenvolvimento;</li> <li>8. Turismo como estratégia de desenvolvimento: principais abordagens teóricas e práticas;</li> <li>9. Desenvolvimento turístico e suas implicações no território;</li> <li>10. Experiências de desenvolvimento local e regional do turismo brasileiro.</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>BARQUERO, A. V. <b>Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização</b>. Porto Alegre: FEE, 2001.</p> <p>BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs.). <b>Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos</b>. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.</p> <p>BECKER, D. F. A economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. <i>Redes</i> (St. Cruz do Sul Online), v. 7, n. 3, p. 35-59, 2002.</p>

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma do desenvolvimento. *Redes* (St. Cruz do Sul Online), v. 1, n. 2, p. 17-73, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Conceito histórico de Desenvolvimento. São Paulo, *Texto para Discussão* 156, FGV, 2016.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **A contribuição do turismo ao desenvolvimento local**. Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, p. 61-70, 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. *Revista brasileira de desenvolvimento regional*, v. 1, n. 1, p. 095-111, 2013.

CUNHA, Sieglinde Kindl da; CUNHA, João Carlos da. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. *Revista de administração contemporânea*, v. 9, n. SPE2, p. 63-79, 2005.

DA VEIGA, J. E. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. Senac, 2019.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

D'AGOSTINI, Fernanda Figueiredo; ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. SILVA, Marina Duarte Gomes; DE ARAÚJO MIRANDA, Elis. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. *Revista brasileira de planejamento e desenvolvimento*, v. 2, n. 2, p. 94-103, 2013.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em questão*, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; ASHTON, Mary Sandra Guerra. Territórios Criativos e suas Relações com o Turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 4, n. 21/22, p. 459-468, 2014.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; NOBREGA, WR de M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*, p. 11, 2015.

FRANCO, Mário; ESTEVÃO, Cristina. O papel das parcerias público-privadas de turismo no desenvolvimento regional: proposta de um modelo conceptual. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 8, n. 4, 2010.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. *XXXIII EnANPAD*, Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 2009.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 1, 2012.

KÖRÖSSY, Nathália. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LEROY, J. P. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010

\_\_\_\_\_. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. BECKER, B.; MIRANDA, M.(orgs.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Justiça ambiental. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais,** Belo Horizonte, fev, 2011.

MATOS, Fábio de Oliveira; GONÇALVES, Tiago Estevam. **Do planejamento ao desenvolvimento regional: notas sobre o conceito de região.** 2019.

MILHEIRO, Eva; EUSÉBIO, Celeste; KASTENHOLZ, Elisabeth. Turismo e desenvolvimento económico em territórios rurais: Uma revisão da literatura. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 4, n. 21/22, p. 133-145, 2014.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles MM. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária Da UFPB, 2012.

SACHS, Ignacy et al. **Estratégias de transição para o século XXI. Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, p. 29-56, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Editora Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. *Estudos avançados*, v. 9, p. 29-63, 1995.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos Ippur*, v. 2, p. 15-25, 1999.

\_\_\_\_\_. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *Cultur-Revista de Cultura e Turismo*, v. 9, n. 1, p. 36-59, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Editora Companhia das letras, 2018.

	<p>SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. <b>As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado</b>. Editora Companhia das Letras, 2010.</p> <p>SOUZA SANTOS, B. <b>Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista</b>. Porto: Afrontamento, 2004</p> <p>_____. <b>Do pós-moderno ao pós-colonial</b>. E para além de um e de outro. <i>Travessias</i>, n. 6/7, p. 15-36, 2008.</p> <p>SUZIGAN, Wilson et al. Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. <i>Brazilian Journal of Political Economy</i>, v. 24, n. 4, p. 548-570, 2004.</p> <p>_____. <b>Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil</b>. Relatório Consolidado. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.</p> <p>_____. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. <i>Gestão &amp; Produção</i>, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, maio/ago. 2007</p> <p>TUAN, Yi-Fu. <i>Espaço e lugar</i>. São Paulo: Difel, p. 01-22, 1983.</p>
--	---

<b>Disciplina 11</b>	Práticas Sustentáveis no Turismo
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	<p>A disciplina tem como objetivo central discutir o turismo e suas interfaces com as questões socioambientais, apresentando uma reflexão sobre a construção histórica das relações entre sociedade e natureza, e como os distintos grupos sociais tem se apropriado dos patrimônios socioambientais para reproduzirem suas formas sociais, econômicas e culturais de existência, dentre elas o turismo. A partir disso, refletir sobre os impactos socioambientais que essa apropriação turística tem gerado nos territórios, problematizando formas de desenvolvimento baseadas em modelos predatórios ao passo que apresenta perspectivas pautadas em práticas sustentáveis de desenvolvimento turístico. Por fim, instrumentaliza os estudantes com metodologias associadas à gestão sustentável do turismo, minimização de impactos associados ao uso turísticos e construção de experiências memoráveis associadas às áreas naturais.</p>

<p><b>Conteúdo</b></p>	<p>PROGRAMA:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução ao debate sobre a relação sociedade e natureza</li> <li>2. Patrimônio socioambiental apropriado como recurso turístico</li> <li>3. Impactos da apropriação pelo turismo dos recursos socioambientais</li> <li>4. Perspectivas de desenvolvimento do turismo pautadas em práticas sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Turismo Sustentável</li> <li>✓ Turismo Responsável</li> <li>✓ Ecoturismo</li> <li>✓ Turismo de Base Comunitária</li> <li>✓ Outros caminhos</li> </ul> </li> <li>5. Instrumentos gestão sustentável do turismo em áreas naturais</li> </ol>
<p><b>Referências bibliográficas</b></p>	<p>BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária. Letra e imagem, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério do meio ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza. Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais. 1. Ed. Brasília. MMA 2011</p> <p>DAWSEY, John C. Victor Turner e a antropologia da experiência. Cadernos de campo, v. 13, n. 14, p. 163-176, 2005.</p> <p>DE ALBUQUERQUE, Mariene Cavalcante Borba; DO NASCIMENTO, Felipe Gomes; DE MENDONÇA NÓBREGA, Wilker Ricardo. Dialogando com os conceitos de Turismo de Base Comunitária e Turismo Criativo. Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, v. 11, n. 1, p. 298-319, 2023.</p> <p>DE ALMEIDA RANGEL, Luana; SINAY, Laura. Ecoturismo como ferramenta para criação de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 12, n. 4, 2019.</p> <p>DE ALMEIDA, Thiago Chagas; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 11, n. 1, 2023.</p> <p>DE CAMARGO, César Floriano; COELHO, Silmar Cardoso Araújo. Aspectos da educação e da interpretação ambiental no Ecoturismo no Brasil. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 14, n. 1, 2021.</p> <p>Del RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999.</p>

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

FABRINO, Nathália Hallack; DO NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; COSTA, Helena Araújo. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. Caderno Virtual de Turismo, v. 16, n. 3, 2017.

GERHARDT, Cleyton Henrique; ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. Ambiente & sociedade, v. 8, n. 2, p. 53-84, 2005.

GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online), n. 19, p. 57-68, 2011.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado, v. 24, n. 1, p. 47-87,

KINKER, Sônia. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Campinas: Papirus, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. Revista Proposta, v. 71, p. 5-11, 1997.

LEFF, Henrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

MACEDO, S. S. Parques urbanos no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MARTINES ALIER, Juan. O Ecologismo dos pobres: conflito ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MEDEIROS, Mara Glacener Lemes de. Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. Ciência & Educação (Bauru), v. 8, n. 1, p. 71-82, 2002.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado: um guia. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 1995

NEIMAN, Zysman. Turismo e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Manole, 2009.

PEARCE, Douglas. Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002

PIMENTA, Solange Maria et al. Turismo, sustentabilidade e meio ambiente. São Paulo: Autêntica, 2009.

PORTILHO, Fátima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2010

	<p>PROGRAMA AVENTURA SEGURA: concepção, metodologia e resultados (Série Aventura Segura) /ABETA e Ministério do Turismo. – Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2011.</p> <p>QUINTAS, José Silva. Gestão Ambiental como mediação de conflitos. In: QUINTAS, José Silva. Introdução à gestão ambiental pública. IBAMA, 2005.</p> <p>RIDLEY, M. O que nos faz humanos: genes, natureza e experiência. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p> <p>SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002</p> <p>SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.</p> <p>SERRANO, C. A educação pelas pedras. São Paulo: Chronos, 2000.</p> <p>SERRANO, C.M.T.; BRUHNS, H.T. Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. Campinas-SP: Papirus, 1997</p> <p>SERRANO, CÉLIA MARIA DE Toledo (org). Viagens à natureza: Turismo, cultura e meio ambiente. Campinas. Papirus . 1999.</p> <p>SHIVA, Vandana. 2000. “Recursos naturais”. Em W. Sachs (org.) Dicionário do desenvolvimento, Petrópolis: Vozes. pp. 300-323.</p> <p>SILVA, Katia TP; RAMIRO, Rodrigo C.; TEIXEIRA, Breno S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 359-373, 2009.</p> <p>TORRESI, Susana I.; PARDINI, Vera L.; FERREIRA, Vitor F. Diálogos da sociedade sobre a biodiversidade brasileira na Rio+ 20. Química Nova, v. 35, n. 6, p. 1073-1074, 2012.</p> <p>TUAN, YI-FU. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.</p> <p>VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. Desenvolvimento e Meio ambiente, v.19, 2009.</p> <p>VILANI, Rodrigo Machado. Legislação e política ambiental no Brasil: as possibilidades do desenvolvimento sustentável e os riscos do retrocesso ambiental. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 10, n. 21, 2014.</p> <p>YÁZIGI, E. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.</p>
--	---

<b>Disciplina 12</b>	Educação & Turismo
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	Esta disciplina visa problematizar as relações entre educação e turismo com vistas a subsidiar os gestores públicos de turismo a valorizar a dimensão educativa do fenômeno

	<p>turístico junto a planos, programas e projetos de turismo. Além disso, a disciplina oportuniza debater a presença no turismo de sujeitos historicamente marginalizados junto às políticas públicas da área, como crianças, jovens, pessoas com deficiências e minorias, como os negros e pardos. Ao considerar que o turismo carrega consigo, de maneira inerente, uma dimensão educativa, haja vista haver a aquisição de conhecimentos durante a experiência turística, discute-se até que ponto a estruturação do turismo, tal como está colocado em muitos territórios, oportuniza de fato uma ampliação do repertório crítico e reflexivo do sujeito ou se, por outro lado, acaba por dar continuidade a uma lógica de organização do turismo adultocêntrica e excludente. Por fim, a disciplina apresenta iniciativas existentes capazes de salientar aspectos da educação durante experiências turísticas, sobretudo ao refletir sobre algumas experiências turísticas no Brasil que se propõe a otimizar a dimensão reflexivo-crítica de suas respectivas propostas.</p>
<p><b>Conteúdo</b></p>	<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>Educação e Turismo</p> <p>1.1 Compreendendo a educação</p> <p>1.2 Turismo como uma experiência de lazer e/ou vivência educativa?</p> <p>1.3 O ensino do turismo em instituições de ensino</p> <p>Turismo, educação: olhares para a Infância e a Juventude</p> <p>2.1 A presença das crianças e de jovens no turismo</p> <p>2.2 Iniciativas no turismo com a presença de crianças e jovens</p> <p>Turismo, educação e acessibilidade</p> <p>3.1 As seis dimensões da acessibilidade</p> <p>3.2 A dimensão atitudinal da acessibilidade e a importância da educação</p> <p>Turismo, educação e memórias silenciadas</p> <p>4.1. Os processos de exclusão de memórias no turismo</p> <p>4.2 As memórias silenciadas e a importância da interpretação do patrimônio cultural no turismo</p> <p>Turismo, educação e práticas antirracistas</p> <p>5.1 O racismo estrutural e o racismo recreativo</p> <p>5.2 A presença do racismo no fenômeno turístico</p> <p>5.3 Possibilidades educativas para contraposição ao racismo no turismo.</p>
<p><b>Referências bibliográficas</b></p>	<p>ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.</p> <p>ALVES, R. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. Campinas – SP: Papirus, 2001.</p>

ANJOS, E. S. dos. ; LOPES, R. A. ; FERREIRA, I. B. ; SOUZA, T. F. C. . Olhares sobre o patrimônio cultural de São José das Três Ilhas, Belmiro Braga/MG: O que nos dizem as crianças?. In: Rachel Myrrha de Paula Silva Neves; Vânia Myrrha de Paula Silva. (Org.). Estudos brasileiros sobre patrimônio ? Volume 1. 1ed.Belo Horizonte: Poisson, 2019, v. 1, p. 120-135.

CHEIBUB, B. L. Lazer, Experiência Turística, Mediação e Cidadania: Um Estudo sobre o Projeto Turismo Jovem Cidadão (SESC-RJ). LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2009. DOI: 10.35699/2447-6218.2009.878. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/878>.

Acesso em: 27 nov. 2023.

CANOSA, A., & Graham, A. Ethical tourism research involving children. *Annals of Tourism Research*: 2016, v, 61 , 219-221.

CANOSA A., Moyle B. & Wray M. Can Anybody Hear Me? A Critical Analysis of YoungResidents' Voices in Tourism Studies, 2016. *Tourism Analysis: An Interdisciplinary Journal*,21 (2), 325-337.

CANOSA, A., GRAHAM, A., & WILSON, E. Progressing a child-centred research agenda in tourism studies. *Tourism Analysis*, 2019, 24 (1), 95-100.

FONSECA FILHO, A. da S. Educação e turismo: Reflexões para elaboração de uma Educação Turística. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–33, 2007. DOI: 10.7784/rbtur.v1i1.77. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/77>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Christianne Luce; ELIZALDE, R. *Horizontes Latino-americanos do Lazer/Horizontes Latinoamericanos del ocio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

KUSHANO, Elizabete Sayuri. *Turismo e infância*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 219p

MARTINS, M. L.. Olhares sobre o "Mar de Minas": percepções dos moradores de Alfenas e Fama relativas ao lago de Furnas (1963-1999). *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 347–363, dez. 2010.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

OLIVEIRA, L. G. de; KUSHANO, E. S. Turismo e Ilheidade:: um olhar para crianças residentes da vila de encantadas, na Ilha do Mel (Paranaguá - PR). *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território* , [S. l.], v. 7, n. 12, p. 25–

	<p>41, 2019. DOI: 10.26512/revistacenario.v7i12.25516. Disponível em:  <a href="https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/25516">https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/25516</a>. Acesso em: 27 nov. 2023.</p> <p>OLIVEIRA, N. A. “Precisamos falar sobre racismo no turismo”. Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, vol. 11, n. 2, 2021</p> <p>OLIVEIRA, N. A.. Afroempreender em turismo no Brasil: discussões iniciais. In: MENEZES, Paula Dutra Leão de; BRAMBILLA, Adriana; SOARES, André Luis Vieira (org.). Perspectivas da gestão em turismo e hotelaria II. João Pessoa: Editora da CCTA, 2020b. p. 397–435. Disponível em: <a href="http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/hotelaria/perspectivas-da-gestaoem-turismo-e-hotelaria-1/perspectivas-da-gestao-em-turismo-e-hotelaria.pdf">http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/hotelaria/perspectivas-da-gestaoem-turismo-e-hotelaria-1/perspectivas-da-gestao-em-turismo-e-hotelaria.pdf</a> Acesso em: 21 nov 2023.</p> <p>NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.</p> <p>POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.</p> <p>SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <a href="https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319">https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319</a>. Acesso em 27 nov. 2023.</p> <p>ZANIRATO, S. H. A restauração do Pelourinho no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, cultura e cidade. História Actual Online, Cádiz, n. 14, p. 35-47, otoño 2007. Disponível em: <a href="https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2529031">https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2529031</a>. Acesso em: 17 nov. 2023.</p>
--	---

<b>Disciplina 13</b>	SEMINÁRIO TEMÁTICO I
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	Apresentar a importância da pesquisa na gestão pública do turismo e desenvolvimento regional. Introduzir metodologias qualitativas e quantitativas. Métodos, técnicas de coleta e de análise de dados em diferentes desenhos de pesquisas no turismo. Questões éticas de pesquisa com seres humanos. Elementos constitutivos de um trabalho de conclusão de curso. Padronização e normalização em trabalhos de conclusão de curso.
<b>Conteúdo</b>	PROGRAMA:

	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orientações teórico-metodológica para escrita do trabalho;</li> <li>2. Estruturação do Trabalho de Conclusão de Curso;</li> <li>3. Introdução, objeto de pesquisa, problemática e justificativa;</li> <li>4. Fundamentação teórica-conceitual;</li> <li>5. Metodologia de pesquisa escolhida;</li> <li>6. Apresentação dos resultados alcançados;</li> <li>7. Discussão e análise dos resultados;</li> <li>8. Considerações finais;</li> <li>9. Referências bibliográficas;</li> <li>10. Anexos e apêndices;</li> <li>11. Formatação e normas da ABNT;</li> <li>12. Apresentação do TCC a banca examinadora.</li> </ol>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>BOAVENTURA, Edivaldo. <b>Como ordenar as ideias</b>. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>BURSZTYN, M.; DRUMMOND, J. A. e NASCIMENTO, E. P. do. <b>Como escrever (e publicar) um trabalho científico: Dicas para pesquisadores e jovens cientistas</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.</p> <p>MEIRA, A. C. dos S. <b>A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever</b>. Porto Alegre: Sulina, 2016.</p> <p>UFJF. <b>Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos</b>. Juiz de Fora: Centro de Difusão do Conhecimento, 2020. Disponível: <a href="https://www2.ufjf.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/56/2020/08/Manual-2020-revisado.pdf">https://www2.ufjf.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/56/2020/08/Manual-2020-revisado.pdf</a></p>

<b>Disciplina 14</b>	SEMINÁRIO TEMÁTICO II
<b>Carga horária:</b>	30 h/a.
<b>Ementa</b>	Orientações teórico-metodológicas para escrita do trabalho e dinâmica de reuniões entre orientando e orientador. Redação científica. Elaboração e execução do trabalho de conclusão de curso. Normatização ABNT. Orientações complementares. Orientação final. Entrega e apresentação do TCC para avaliação e validação.
<b>Conteúdo</b>	<p>PROGRAMA:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orientações teórico-metodológica para escrita do trabalho;</li> <li>2. Estruturação do Trabalho de Conclusão de Curso;</li> <li>3. Introdução, objeto de pesquisa, problemática e justificativa;</li> <li>4. Fundamentação teórica-conceitual;</li> <li>5. Metodologia de pesquisa escolhida;</li> <li>6. Apresentação dos resultados alcançados;</li> <li>7. Discussão e análise dos resultados;</li> <li>8. Considerações finais;</li> </ol>

	<p>9. Referências bibliográficas;  10. Anexos e apêndices;  11. Formatação e normas da ABNT;  12. Apresentação do TCC a banca examinadora.</p>
<b>Referências bibliográficas</b>	<p>BOAVENTURA, Edivaldo. <b>Como ordenar as ideias</b>. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>BURSZTYN, M.; DRUMMOND, J. A. e NASCIMENTO, E. P. do. <b>Como escrever (e publicar) um trabalho científico: Dicas para pesquisadores e jovens cientistas</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.</p> <p>MEIRA, A. C. dos S. <b>A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever</b>. Porto Alegre: Sulina, 2016.</p> <p>UFJF. <b>Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos</b>. Juiz de Fora: Centro de Difusão do Conhecimento, 2020. Disponível em <a href="https://www2.ufjf.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/56/2020/08/Manual-2020-revisado.pdf">https://www2.ufjf.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/56/2020/08/Manual-2020-revisado.pdf</a></p>

## Referências

BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BENI, M. C, MOESCH M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo - Visão e Ação** [Internet]. 2017;19(3):430-457. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056114003>.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Plano Nacional do Turismo: 2018/2022. Brasília, DF, 2018. Disponível em: Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria MTUR n.41**. 24 de novembro de 2021. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtur-n-41-de-24-de-novembro-de-2021-362609866>> Acesso em: 9 de março de 2021.

De PAULA, S. C. ; CARVALHO, F. C. C. ; PIMENTEL, T. D. (In) Definição de Competências Laborais em Turismo: implicações sobre o perfil profissional. **Revista Latino Americana de Turismologia**, v. 3, p. 63-69, 2017.

EMMENDOERFER, L; EMMENDOERFER, M.; FONSECA, P et al.. A formação dos circuitos turísticos mineiros: uma política pública descentralizada e democratizante?. *Revista Observatório de Inovação de Turismo, Brasil*, v. 2, n. 4, 2007.

FRANKLIN, A.Z; STEPHAN, C; REIS, F. et. Al. O turismo em pequenas cidades de Minas Gerais: circuitos turísticos e ICMS turístico. *Pixo Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade*; 2021, Vol. 5, nº 19, p166-183.

LÉVY, P. **O que é virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo, Ed. 34, 1996.

MEC. E-Mec. Disponível em < <https://emec.mec.gov.br/> > Acessado em 01.03.2022.

BENI, M. C.; MOESCH, M. M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Turismo - Visão e Ação*, Balneário Camboriú, v. 19, n. 3, p. 430-457, 2017. Disponível em: < <https://dx.doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457> > DOI: 10.14210/rtva.v19n3.p430-457.

PIMENTEL, T. D.; De PAULA, S. C. Performance assessment protocol: notes towards an academic management tool based on a Brazilian tourism course. **Journal of Multidisciplinary Academic Tourism**, p. 15-35, 2019.

PIMENTEL, T. D.; PAULA, S. C.; OLIVEIRA, M. C. B. de. Uma Reflexão Sobre a Qualificação na formação em Turismo: relevância da micro e pequena empresa para o destino turístico. **Turismo y Sociedad** , v. 18, p. 159-177, 2016.

PIMENTEL, T. D.; PAULA, S. C. A inserção profissional no mercado de trabalho face às habilidades adquiridas na formação superior em turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo - RTC**, v. 2, p. 49-73, 2014A.

PIMENTEL, T. D.; PAULA, S. C. Autodiagnose da Formação Superior e Qualificação Profissional em Turismo: pistas para uma (necessária) reorientação?. **Revista Turismo & Desenvolvimento (Online)**, v. 1, p. 275-285, 2014B.

PIMENTEL, T. D.; PAULA, S. C. Desenvolvimento de um protocolo de avaliação do desempenho de recursos humanos em instituições de ensino superior/IES: notas para a gestão acadêmica a partir do caso do Curso de Turismo/UFJF - Brasil. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 7, p. 243-265, 2014C.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Avaliação política da política de estado de turismo de Minas Gerais. **Revista Acadêmica Observatório De Inovação Do Turismo**, v. 13, p. 131-157, 2019.

PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C.; CARVALHO, F. C. C. de. **Sociologia da educação em turismo** : um estudo latino-americano a partir de Argentina, Brasil e México. Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021. [online].

SILVA, G. A. B e PASSADOR, J L. Redistribuição fiscal para o desenvolvimento turístico local e regional. **Revista de Administração Pública** [online]. 2016, v. 50, n. 4 [Acessado 9 Março 2022], pp. 587-610. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612150785>>.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. (3ª edição). São Paulo: Nova Fronteira, 2017[1776]. 672p.